

Referências

- Banco Mundial. 1990. Mozambique: Restoring rural production and trade. Report no. 8370-Moz.
- . 1992. *World Development Report*. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- DNE (Direcção Nacional de Estatística). 1993. *Anuário Estatístico 1992*. Maputo: DNE.
- . 1988. *Anuário Estatístico 1987*. Maputo: DNE.
- . 1989. *Anuário Estatístico 1988*. Maputo: DNE.
- . 1990. *Anuário Estatístico 1989*. Maputo: DNE.
- . 1991. *Anuário Estatístico 1990*. Maputo: DNE.
- . 1992. *Anuário Estatístico 1991*. Maputo: DNE.
- . 1993. *Anuário Estatístico 1992*. Maputo: DNE.
- Moçambique. 1988. Policy framework paper for 1988-90. Maputo.
- . 1991a. Mozambique: Strategy and program for economic and social development, 1992-94. Maputo.
- . 1991b. Policy framework paper for 1991-93. Maputo.
- . 1993a. Plano económico e social de 1993. Maputo.
- . 1993b. Policy framework paper For 1994-96. Maputo.
- OCDE. 1992. *Coopération pour le Développement: Rapport 1992*. Paris: OCDE.
- Taylor, J. 1988. *Varieties of Stabilisation Experiences: Towards Sensible Macroeconomics in the Third World*. Oxford: Oxford University Press.
- UNDP. 1993. Development co-operation, Mozambique: 1991 Report. Maputo.

Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário

Carlos Nuno Castel-Branco*

Introdução

A análise do problema agrário em Moçambique é fundamental porque 85% da sua população vive no campo; a grande maioria dos dois terços da população vivendo abaixo da linha de pobreza absoluta vive nas zonas rurais; e a agricultura e as agro-indústrias contribuem com cerca de 50% do PIB e dois terços das exportações do país. Esta análise tem que particularizar as condições de produção e reprodução do campesinato, porque este constitui a grande maioria da população rural, produz cerca de 70% da produção agrária total e um terço da produção agrária comercializada do país, e constitui a principal fonte de acumulação económica nacional.

O presente artigo tem em vista apresentar, de forma simples e crítica, algumas das questões centrais que se colocam no desenvolvimento do sector agrário em Moçambique. O seu foco está na análise das diferentes estratégias de desenvolvimento agrário adoptadas após a independência em 1975 e do seu impacto real no processo de desenvolvimento agrário, em relação com a estrutura da economia agrária de Moçambique.

O artigo está organizado em quatro secções principais. A primeira aborda a estrutura da economia agrária em Moçambique, tendo por objectivo apresentar questões-chave a enfrentar na elaboração da estratégia agrária. Esta secção sustenta que a integração e subordinação do campesinato ao mercado capitalista de trabalho e de bens constituía, no tempo colonial, a base de acumulação do capital industrial, comercial e financeiro, e de atraso da produção camponesa. Argumenta sobre a necessidade de transformação da estrutura agrária herdada do colonialismo e

* Docente da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.

identifica os focos principais do debate sobre o conteúdo das estratégias a adoptar, em função de análises antagónicas sobre o papel do campesinato e sobre a sua dependência relativamente ao mercado.

A segunda analisa o impacto das estratégias de desenvolvimento determinadas pelo III e IV Congressos da FRELIMO, compara essas estratégias com as conclusões da secção anterior, e relaciona-as com o dualismo, sendo, portanto, incapazes de transformar a estrutura agrária de Moçambique.

A terceira discute os objectivos e os resultados da liberalização económica e do seu impacto no desenvolvimento agrário. Argumenta que, dada a vulnerabilidade da economia, a estrutura social da produção agrária e a operação dos mercados de trabalho e de bens e serviços, a liberalização (no sentido de retirar o Estado do mercado) tem consolidado os anteriores padrões de acumulação, concentrado a riqueza, impedido a introdução de novos elementos de competição, e não tem ajudado o campesinato a desenvolver-se.

A última secção apresenta algumas conclusões comparativas sobre as estratégias adoptadas e os seus impactos no desenvolvimento agrário, e argumenta sobre a necessidade de uma estratégia virada para o desenvolvimento que transforme a base de acumulação de capital na economia as relações entre o campesinato e o sector empresarial. Enquanto o campesinato continuar a fornecer mão-de-obra, matérias-primas e alimentos mal pagos, a acumulação de capital continuará a realizar-se em outros sectores sem ser necessário transformar a base tecnológica e a organização social da economia. Isto reproduzirá o subdesenvolvimento.

A metodologia deste artigo difere da análise neo-clássica da economia agrária moçambicana que assenta na optimização da alocação de recursos, dada a sua relativa escassez, a atonicidade dos agentes económicos e os constrangimentos económicos e institucionais. Alternativamente, o artigo analisa as relações entre os diferentes capitais actantes na economia moçambicana, como é que eles sistematicamente utilizaram o campesinato como fonte de acumulação fora da agricultura, e como é que os factores de produção, a força de trabalho, os sistemas de produção e a operação dos mercados foram controlados para reproduzir esses padrões de acumulação. A alocação dos recursos entre produtores e entre produções e métodos de produção alternativos é analisada neste quadro mais amplo, o da acumulação económica num contexto específico.

Finalmente, importa destacar que o uso de estatísticas para análise da agricultura de Moçambique deve ser feito com muita precaução. As estatísticas sobre a produção agrária são muito pobres e incompletas: a produção camponesa é muito difícil de estimar; existe informação somente sobre os excedentes comercializados oficialmente; existem estatísticas fiáveis e séries relativamente completas apenas para o algodão e caju. Além disso, não existe informação adequada sobre os preços realmente praticados no campo. Do mesmo modo, sabe-se muito pouco sobre o nível das "taxas de guerra" praticadas pelos comerciantes e transportadores.¹ Portanto, as estatísticas disponíveis não permitem que se assumam hipóteses e se tirem conclusões definitivas e fortes; um esforço adicional é necessário para que se compreenda o conjunto das relações e estruturas sócio-económicas e a sua dinâmica, para que a estatística ganhe algum sentido, e algumas conclusões sobre tendências possam ser desenhadas.

A Dinâmica da Estrutura Agrária em Moçambique

A Estrutura Agrária Criada pelo Capitalismo-Colonial²

O elemento central da estrutura económica agrária criada pelo capitalismo-colonial em Moçambique foi o desenvolvimento de um padrão de acumulação de capital assente na exploração do campesinato. O capital agrário, industrial, comercial e financeiro português e internacional acumulava e expandia-se com base no campesinato que produzia e fornecia mão-de-obra, matérias-primas e alimentos baratos. Este sistema de acumulação bloqueou o desenvolvimento das forças produtivas no campo e na economia como um todo. Este sistema só pode ser transformado se for devidamente estudado. Neste contexto, esta secção analisa a estrutura da produção e comercialização agrária e a organização do mercado de trabalho e de excedentes agrícolas no período colonial. É enfatizado o papel do Estado colonial na organização dos mercados e na reprodução, concentração e alocação dos recursos escassos de modo a garantir a acumulação de capital. A diferenciação do campesinato é analisada como parte do processo de introdução de relações capitalistas de produção no campo, e como um factor social

relações capitalistas de produção no campo, e como um factor social central a tomar em conta na elaboração e implementação de estratégias de desenvolvimento.

A Estrutura da Produção e Comercialização³

A estrutura da produção e da comercialização agrária foi determinada em função do padrão de acumulação de capital e do papel do campesinato nesse processo. Por isso, a análise dessa estrutura começa com as funções económicas do campesinato, seguindo-se a descrição da estrutura global da produção agrícola e da sua diferenciação regional.

As Funções Económicas do Campesinato Moçambicano

O campesinato moçambicano foi integrado no mercado capitalista de trabalho e de mercadorias, de modo a:

- *produzir matérias-primas baratas*, especialmente para exportação (como o caju, o algodão e a copra), mas também para a indústria virada para o mercado doméstico (como as oleaginosas e os cereais), garantindo, deste modo, a acumulação do capital comercial e industrial português. As indústrias portuguesas de têxteis (em Portugal) e do descasque do caju (em Moçambique), bem como as companhias envolvidas na comercialização do caju e do algodão, derivavam grande parte da sua rentabilidade do baixo preço pago pelas culturas de exportação ao campesinato moçambicano;
- *produzir alimentos baratos* para o abastecimento dos trabalhadores assalariados nas plantações, nas pequenas e médias empresas agrárias, nas construções, nos portos e caminhos de ferro, e na indústria transformadora. Estas actividades eram todas baseadas no uso intensivo de força de trabalho, e a sua rentabilidade dependia dos baixos salários pagos aos trabalhadores; a possibilidade de pagar baixos salários e de manter a oferta de trabalho dependia dos baixos custos de reprodução da força de trabalho; esta, por sua vez, dependia parcialmente do baixo custo dos produtos alimentares.

Portanto, a acumulação do capital estava directa, mas inversamente, relacionada com o custo dos produtos alimentares básicos;

- *fornecer força de trabalho* para as empresas capitalistas, a baixo custo para o capital. O sistema de trabalho nas minas, nas plantações, nas pequenas e médias empresas agrárias e nos portos e caminhos de ferro dependia da flexibilidade no recrutamento de força de trabalho sazonal em grande quantidade. Por exemplo, estima-se que, nas plantações, o número de trabalhadores recrutados sazonalmente para os curtos períodos de pico (2 a 3 meses por ano) ultrapassava em cinco ou seis vezes o número de trabalhadores permanentes. Dada a fraca mecanização, bem como a dependência do uso intensivo de força de trabalho, a rentabilidade do capital investido nessas empresas dependia do salário e da relativa abundância da força de trabalho. Era, pois, necessário garantir que o salário fosse baixo, mas que isso não impedisse a reprodução da força de trabalho, nem afectasse a oferta de mão-de-obra. Dois mecanismos foram sistematicamente utilizados para que a elasticidade da oferta de força de trabalho se aproximasse do infinito: o recrutamento forçado e a redução dos custos de reprodução da força de trabalho;

- *reduzir os custos de reprodução da força de trabalho*, por intermédio da produção familiar destinada ao auto-consumo e da produção de alimentos baratos. A manutenção do campesinato ligado à terra foi a característica particular, comum e dominante da integração e subordinação do campesinato ao mercado capitalista. Tal ligação à terra foi deliberadamente garantida pelo Estado colonial como forma de reproduzir uma força de trabalho migrante, disponível e barata. Migrante, porque a sua família, a casa e a terra eram o seu refúgio, quando o contrato de trabalho terminasse. Disponível, porque a produção familiar passou a depender do salário, o qual passou a ser a principal fonte de rendimento do campesinato. Barata, porque a produção familiar alimentava os trabalhadores e seus filhos (futuros trabalhadores), e suportava os custos dos períodos sem emprego. Assim, o capital podia dispor de trabalhadores sempre que quisesse e a baixo custo; os períodos de desemprego e de recessão eram amortecidos pela produção familiar; em caso de crise

de recrutamento, devido às más condições de trabalho, o capital podia recorrer ao trabalho forçado.

A Estrutura Global da Produção Agrícola

Nos princípios da década de 70, 70% do produto agrícola nacional global era produzido pelo campesinato (ex., algodão, caju, milho, mandioca, mapira), e 30% cabia às plantações (ex., chá, açúcar, copra e sisal), empresas agrárias dos colonos (ex., arroz, batata, trigo e tabaco) e latifúndios (palmares em Inhambane) (Wuyts 1981a:7, Quadro 2). No global, 55% do produto agrícola era destinado ao auto consumo e 45% era comercializado. O produto agrícola comercializado era igualmente dividido entre o campesinato, as plantações e as empresas agrícolas de colonos e latifúndios, a cada um cabendo um terço da produção agrícola comercializada. Assim o campesinato comercializava pouco mais de 21% da sua produção e os outros sectores produziam essencialmente para o mercado.

A produção das empresas agrícolas dos colonos e latifúndios e parte da produção camponesa comercializada destinavam-se a abastecer o mercado interno; a primeira abastecia essencialmente os colonos e a indústria, e a segunda abastecia a classe operária e a indústria.

A produção das plantações e parte da produção comercializada do campesinato destinavam-se à exportação. Das exportações totais de Moçambique em 1973, 67% provinham de apenas seis produtos agrícolas: caju e algodão, maioritariamente produzidos pelo campesinato (44% das exportações); açúcar, chá e copra, maioritariamente produzidos pelas plantações (21% das exportações); e tabaco, produzido pelas empresas dos colonos (2% das exportações) (Wuyts 1981a:7, Quadro 3). A produção familiar camponesa para exportação representava 36% das exportações totais de Moçambique (Tabela 1).

O campesinato era o principal produtor de mandioca, amendoim e mapira (100% da produção nacional registada nessas culturas); de milho e caju (90%); de algodão (67%); e de arroz (43%).

Tabela 1. Contribuição da produção familiar camponesa para as exportações de Moçambique (principais culturas do campesinato para exportação), 1973 (%)

Culturas	Contribuição (%) para o total das exportações nacionais	% de (2) produzida pelo campesinato	% ponderada das exportações totais [(2)*(3)/100]
(1)	(2)	(3)	(4)
Algodão	21	67	14
Caju	23	90	21
Copra	6	21	1
Total	50	—	36

Fonte: Estimado com base em Wuyts (1981a)

A Diferenciação Regional da Produção Agrícola

A produção agrícola nacional foi regionalmente diferenciada.⁴ Tal diferenciação reflectia a acção do Estado colonial na organização da produção e dos mercados, a fim de compatibilizar os interesses e minimizar a competição entre diferentes capitais pela apropriação e controle de recursos, em especial da força de trabalho. Portanto, a diferenciação regional também reflectia a força dos capitais que operavam em diferentes áreas. A relação entre o produto agrícola total e comercializado, e entre as diferentes formas sociais de produção variava de acordo com a região (Tabela 2).

Tabela 2. Padrões regionais da estrutura do produto agrícola (%) no início da década de 70

Produto agrícola (% do total)	Sul	Centro	Norte
Total nacional	17	43	40
Nacional comercializado	19	46	35
Nacional do campesinato	14	38	48
Regional para auto-consumo	49	52	60
Regional comercializado	51	48	40
Regional produzido pelo campesinato	59	61	86
Regional comercializado ao campesinato	17	15	29
Regional produzido pelas plantações	2	28	2
Regional produzido pelos colonos	39	12	12

Fonte: Estimado com base em Wuyts (1981a: Quadros 4, 5, 7 e 8).

Nota: A produção pecuária não está incluída. O Sul era dominante na pecuária, por causa do peso relativo das empresas dos colonos e do nível médio de rendimento (mais alto) e da diferenciação do campesinato (mais acentuada).

O Sul (Maputo, Gaza e Inhambane) foi organizado como reserva de força de trabalho migrante para as minas da África do Sul. Em 1973, o trabalho migratório absorvia cerca de 25% do total da força de trabalho assalariada nacional; o número de mineiros oficialmente registado na RSA era superior ao número de operários na indústria transformadora em Moçambique. As receitas totais provenientes da comercialização da produção agrícola camponesa no Sul representavam somente 12% das receitas provenientes dos salários dos mineiros na RSA, e 32% das receitas dos salários diferidos. As receitas totais provenientes de toda a comercialização agrícola no Sul (do campesinato, plantações, empresas dos colonos e latifúndios) equivaliam a apenas 60% da soma total dos salários dos mineiros (Tabela 3). Esta diferença deve ter sido substancialmente acentuada, pois em fins dos anos 60 e princípios dos anos 70, os salários dos mineiros quase duplicaram, enquanto os preços ao produtor agrícola na colónia subiram apenas ligeiramente. Mais de 37% do salário dos mineiros era diferido, ou seja, transferido para a colónia em ouro, sendo depois pago ao mineiro em moeda local, quando

este regressasse da RSA. O salário diferido dos mineiros representava cerca de 7% do total das receitas em moeda externa da colónia no fim do período colonial. Portanto, no Sul o trabalho migratório era a mais importante fonte de rendimento para o campesinato e a sua principal contribuição para a acumulação capitalista na região da África Austral (capital mineiro) e na colónia (fonte de moeda externa).⁵

Nesta região, desenvolveram-se também as pequenas e médias empresas agrícolas dos colonos essencialmente viradas para o abastecimento dos mercados urbanos, em especial dos colonos. Embora produzindo pouco mais de 20% da produção agrícola regional total, este sector era responsável por 75% da produção agrícola regional comercializada.

Tabela 3. Receitas da comercialização agrícola e salário dos mineiros, 1967 (em milhões de escudos)

Fonte das receitas	I'bane	Gaza	Maputo	Total
Comercialização agrícola do campesinato	24	56	5	85
Comercialização agrícola do sector capitalista	-	-	-	351
Pagamento diferido do salário dos mineiros	78	85	105	268
Total do salário dos mineiros	209	228	280	717

Fonte: Wuyts (1981a: Quadro 6)

No Centro (Sofala, Manica, Tete e Zambézia), o campesinato foi integrado no mercado principalmente por via da venda de força de trabalho para as plantações de chá e açúcar. Em 1973, as plantações produziam 28% do produto agrícola regional total; 57% do produto agrícola regional comercializado; e 26% do produto agrícola nacional comercializado.

O Estado colonial ainda forçou o campesinato a produzir algodão e arroz para exportação e para a indústria doméstica. Na Zambézia e em Manica, desenvolveu-se, em paralelo com a reserva de força de trabalho para as plantações, o campesinato produtor de 24% da produção nacional

comercializada de algodão; e de 26% da produção nacional comercializada de arroz. O conflito sobre a alocação da força de trabalho entre as plantações e as culturas obrigatórias de algodão e arroz foi minimizado por via de um relativo aumento da mecanização das plantações nos fins da década de 60.

No Norte (Nampula, Cabo Delgado e Niassa), o campesinato foi organizado como produtor de mercadorias para exportação, produzindo 54% da produção nacional comercializada de algodão e 78% da produção nacional comercializada de caju, isto é, 29,3% das exportações nacionais totais. A produção e comercialização de algodão e caju foram organizadas sob a forma de culturas obrigatórias, comercializadas a preços fixos por empresas monopsonistas ou pelo Estado colonial. O Estado colonial empenhou-se directamente, e com a *ajuda* das "autoridades tradicionais", na organização das culturas obrigatórias, através do controle da distribuição e utilização de terras, da distribuição de insumos, do controle da comercialização e da repressão policial.

Esta forma de organização da produção colocava vários problemas: o Estado apenas controlava os factores *terra* e *insumos*, e a comercialização; no entanto, era muito difícil controlar o processo de produção em si. A produção do caju e do algodão, nestas condições, não era atractiva para os camponeses, devido aos baixos preços, aos constrangimentos sobre a disponibilidade de terra e da força de trabalho familiar para outras actividades, e ao carácter obrigatório do cultivo. Daí que se tenham desenvolvido várias formas de resistência contra estas culturas: os camponeses deixavam apodrecer as sementes, não tratavam as culturas atacadas por pragas, atrasavam a sementeira ou a colheita, etc.

Pressionado pela resistência do campesinato — que gerava ineficiências no processo de produção — pela comunidade internacional e pela luta de libertação nacional, o Estado português foi forçado a iniciar a reestruturação destas produções. Assim, em meados da década de 60, em Nampula, surgiram as empresas capitalistas dos colonos (plantações), de produção e de comercialização de algodão. Estas empresas já vinham operando neste sector, com o monopólio da comercialização e o monopólio da indústria de descaroçamento do algodão. Após a formação destas empresas, o Estado colonial e os capitais interessados ficaram mais capazes de controlar o processo de produção. Os baixos custos do algodão passaram, então, a ser garantidos pelos baixos salários dos trabalhadores sazonais envolvidos na colheita. Dado que estes camponeses

já vinham produzindo algodão, não foi necessário um esforço adicional para o treino da força de trabalho. Assim, a quase perfeita elasticidade da oferta do algodão relativamente ao seu preço passou a ser garantida pelas plantações, as quais operavam em regime de monocultura e beneficiavam de uma quase perfeitamente elástica oferta de trabalho criada pelo recrutamento forçado.

O campesinato também produzia para o abastecimento do mercado doméstico, nomeadamente 67% da produção nacional comercializada de mandioca e 56% da produção nacional comercializada de amendoim, entre outras culturas. Em termos agregados, o campesinato produzia cerca de 86% do produto agrícola total da região, e 65% do produto agrícola comercializado regional.

O Mercado de Trabalho e de Excedentes Agrícolas, e a Diferenciação do Campesinato⁶

O Estado colonial interveio activamente na estruturação dos mercados de trabalho e de excedentes agrícolas para garantir a acumulação de capital a longo prazo. Assim, ao mesmo tempo que organizava o recrutamento da força de trabalho e o sistema de culturas obrigatórias, o Estado colonial mantinha o campesinato ligado à terra para proteger a reprodução social da força de trabalho.

O Mercado de Trabalho

O Estado colonial organizou e estruturou a subordinação do campesinato ao mercado capitalista, em especial ao mercado de trabalho e de bens e serviços. Por um lado, *organizou o mercado do trabalho* e o recrutamento da força de trabalho:

- procedendo ao recrutamento forçado, *chibalo*, por intermédio dos administradores locais, dos régulos e outras autoridades tradicionais. Sempre que as más condições de trabalho nas plantações, empresas dos colonos e latifúndios resultassem numa crise de disponibilidade de força de trabalho nos períodos de pico, o Estado intervinha com métodos policiais de recrutamento, de modo a assegurar uma quase infinita elasticidade-salário da oferta de força de trabalho.

- organizando as reservas de força de trabalho (como a situada a sul do paralelo 22 — ou sul do rio Save — reservada para o recrutamento de força de trabalho para as minas da África do Sul; e ao norte daquele paralelo, para o recrutamento para as plantações), e apoiando a organização de monopólios de recrutamento. A WENELA, por exemplo, recrutava mais de 90% dos mineiros para as minas do *rand*, e encarregava-se de fazer a distribuição da força de trabalho pelas diferentes minas, de acordo com as suas necessidades e em conjunto com a Câmara das Minas. No Centro de Moçambique (ou norte do paralelo 22), o recrutamento era organizado pelas plantações, em coordenação com as autoridades coloniais. Geralmente, cada distrito fornecia força de trabalho para uma plantação específica, o que reduzia os custos para o capital em duas formas: evitava-se a competição pela mesma força de trabalho; evitava-se a necessidade de em cada época de pico voltar a treinar os camponeses para a colheita do chá ou o algodão, ou para o corte da cana. Deste modo, compatibilizavam-se os interesses de diferentes capitais e impedia-se a competição entre capitais pelo acesso à força de trabalho. Isto permitia satisfazer a procura crescente de força de trabalho sem aumentar os salários nem elevar o poder de negociação dos trabalhadores.

Por outro lado, *manteve o campesinato ligado à terra* como meio de o manter migrante e dependente do trabalho assalariado. Mantendo-se migrante, o campesinato estruturou-se como força de trabalho barata, disponível, abundante. A sua dependência relativamente ao trabalho assalariado decorria da necessidade de rendimentos monetários para financiar o seu consumo, as obrigações para com o Estado (ex., impostos), e a aquisição de factores de produção. O trabalho fora da produção familiar era a mais importante fonte de rendimento do campesinato. Por isso, a expansão da sua capacidade produtiva dependia da sua participação no mercado de bens e de trabalho.

Medidas classicamente consideradas *extra-económicas*, como o chibalo e as culturas obrigatórias, foram massivamente aplicadas para assegurar a rentabilidade do capital a curto e médio prazos. A longo prazo, tais medidas impediram a acumulação por parte do campesinato e desincentivaram a modernização do capital.

O chibalo foi introduzido pelo Estado colonial para assegurar a disponibilidade de força de trabalho barata para o sector capitalista agrário. Foi oficialmente abolido em 1960, mas na prática apenas em 1974. O chibalo era caracterizado por: (i) o camponês não decidir sobre a venda da sua força de trabalho; (ii) o recrutamento ser compulsivo e entrar em conflito com a organização e desenvolvimento da produção familiar; e (iii) a remuneração ser muito baixa, fixa e fora do controle do camponês, pelo que não funcionava como estímulo económico para o seu trabalho.

O chibalo gerou uma força de trabalho não qualificada, não organizada e não competitiva, sem poder de negociação para se opor colectivamente ao capital e sem estímulo para aumentar a produtividade. Além disso, os baixos salários não permitiam que o campesinato pudesse acumular capital para realizar o necessário investimento na expansão e modernização da sua base produtiva. Portanto, impedia a formação de uma força de trabalho mais eficiente e estrangulava o desenvolvimento da produção camponesa. Por outro lado, o fácil acesso a uma força de trabalho extremamente barata gerou desinteresse, por parte do capital, em modernizar o processo de trabalho e em elevar a produtividade. O chibalo representava e gerava subdesenvolvimento pelo seu impacto no processo de acumulação do campesinato e na estrutura e eficácia do capital.

O Mercado de Excedentes Agrícolas do Campesinato

As *culturas obrigatórias* foram introduzidas pelo Estado colonial como forma de organizar a produção comercializada de culturas do campesinato para exportação ou para o mercado doméstico a preços muito baixos. Tais preços fixos e baixos, que nunca poderiam operar como estímulo económico para o campesinato, eram garantidos por via de monopsonios comerciais. A produção era organizada ao nível familiar, havendo, por isso, milhares de pequenos produtores a enfrentar os mesmos monopsonios. A produção era assegurada pois os camponeses eram forçados a produzir ao preço determinado e outras culturas de rendimento que pudessem ser concorrentes eram desencorajadas.

A *política de preços* praticada pelo Estado colonial relativamente ao campesinato não tinha em vista incentivar a produção agrícola ou estabilizar o rendimento dos camponeses, mas garantir as margens de

lucro comercial, financeiro e industrial para os capitais com que o Estado se identificava. A ideia era simples: espremer o campesinato para acumular em outros sectores da economia.

A Diferenciação do Campesinato

De um modo geral, a produtividade do trabalho e a rentabilidade das culturas eram baixas. O sistema económico na agricultura era lucrativo para o capital apenas pela possibilidade de controlar a força de trabalho e os salários, bem como os preços ao produtor camponês, mantendo-os muito baixos. Pelo seu efeito no padrão de acumulação e consumo do campesinato, e por funcionarem como desincentivo para o investimento em formas de produção de maior eficiência, as culturas obrigatórias e o chibalo impediram o desenvolvimento das forças produtivas no campo.

Por causa da estrutura regional diferenciada da produção agrícola, o "representante típico" do Estado colonial perante o campesinato era o recrutador de força de trabalho no Sul e no Centro, e o comprador de algodão e de caju no Norte.

Embora a intervenção do Estado colonial tivesse agido contra a formação de uma burguesia agrária africana desenvolvida, não impediu a crescente diferenciação do campesinato como resultado da sua subordinação a relações de produção capitalistas.⁷

A presença do salário das minas do *rand* no Sul, substancialmente mais alto em termos reais do que em Moçambique, permitiu que certas camadas do campesinato atingissem níveis de acumulação mais rápidos e altos. O acesso a vários contratos consecutivos, por vezes por mais de duas décadas, era a condição necessária (embora nem sempre suficiente) para um tal padrão de acumulação por parte do campesinato. Exemplos economicamente lógicos e visíveis do impacto do salário mineiro da transformação da produção camponesa eram os investimentos em máquinas e implementos agrícolas mais sofisticados (ex., tractores, charruas e grades mecânicas); em novos insumos (ex., fertilizantes, pesticidas); em equipamento de transporte; em infra-estruturas para irrigação, armazenagem e comércio e cercados para o gado; na diversificação da produção e incremento da pecuária; e no aumento do consumo de bens duráveis (ex., casas de alvenaria).

A diferenciação também se acentuou mais ao longo das zonas de fronteira com outros países. Por causa do comércio e do contrabando ao longo e através da fronteira, o campesinato conseguia escapar ao controle monopsonista das trocas e dos preços. Com preços relativos mais favoráveis, o campesinato desenvolvia a sua base de acumulação e de diferenciação.

O "privilégio" de estar ligado com a administração colonial constituiu outro factor de diferenciação do campesinato. As *autoridades tradicionais*, frequentemente impostas e utilizadas pela administração colonial, geriam os principais recursos da sua área de jurisdição. Controlavam a alocação da força de trabalho, quer através da sua venda para o sector capitalista, quer através da imposição de culturas obrigatórias para o mercado. Também organizavam a distribuição da terra, a recolha dos impostos, a utilização de prisioneiros para o trabalho nas suas machambas, etc. Normalmente, não eram sujeitas, com o mesmo rigor, ao controle repressivo exercido pelo Estado colonial e pelos monopólios e monopsonios. As possibilidades de maximizar retornos da sua actividade eram muito maiores do que para os restantes camponeses, quer por não estarem sujeitas aos mesmos constrangimentos, quer por poderem usar o seu poder político para beneficiar da alocação de recursos.

Não existem muitos estudos que forneçam informação detalhada, desagregada e suficiente para uma análise completa e exacta do grau de diferenciação do campesinato em Moçambique. No entanto, o seguinte extracto de Wuyts ilustra, parcialmente, a dimensão da diferenciação:

É possível dar uma indicação aproximada do grau de diferenciação na produção agrícola do campesinato. Na verdade, cerca de 5% das propriedades camponesas ocupavam 20% da terra cultivada pelos camponeses. Pouco mais de 20% das propriedades ocupavam mais de 50% da área cultivada. . . . Cerca 20% das propriedades ocupavam só 4% da terra cultivada, enquanto que 44% das propriedades ocupavam só 16% da área. Dado que o tamanho médio de uma propriedade camponesa é de 1,5 ha, com variações entre províncias de 1 a 2,2 ha, concluímos que as primeiras 5% das propriedades são todas maiores que 4 ha, chegando até aos 10 a 20 ha. Na escala mais baixa, vemos que cerca de 20% das propriedades têm menos de 0,5 ha, e 40% menos de 1 ha (Wuyts 1981a:9).

A Crise de 1974-77: Causas e Lições⁸

Durante a transição para uma nova política de desenvolvimento agrário, entre 1974 e 1977, a produção agrária comercializada total decresceu em 43% (ou cresceu em -43%), com os seguintes valores sectoriais: (-60%) no sector camponês, (-54%) no sector capitalista colonial e (-16%) nas plantações (em regra, capital estrangeiro não-português). No mesmo período a produção camponesa para auto-consumo aumentou em 12%. Em termos agregados, o produto agrícola nacional (comercializado e para auto-consumo) decresceu em 13%.⁹

A análise das causas de tal crise e a interpretação dos seus sinais como indicadores para o perfil e conteúdo básico da nova política de desenvolvimento, foram e continuam a ser alvo de grandes debates entre duas correntes principais de estudiosos sociais: os dualistas e os não dualistas. Por razões históricas e por causa do foco da literatura sobre este período, a apresentação que se segue abstrai-se do clássico debate entre liberais (defensores do *laissez-faire*) e estruturalistas. Neste contexto, justifica-se uma breve introdução aos conceitos de dualismo e não-dualismo.¹⁰

A Análise Dualista

Dualismo é um conceito, nas ciências sociais, que penetrou em todas as principais correntes de pensamento, desde marxistas a liberais, e que dominou algumas delas, especialmente as estruturalistas reformistas. Na base de tal conceito, está a noção de que as sociedades de estrutura económica subdesenvolvida são caracterizadas pela *convivência paralela* de dois modos de produção distintos: um tradicional (ou pré-capitalista) e outro moderno (ou capitalista). A análise dualista sustenta que o campesinato é pré-capitalista, embora mantenha relações de troca com o sector capitalista, vendendo a sua força de trabalho e vendendo ou comprando mercadorias. Nesta concepção, o campesinato e as sociedades camponesas são indiferenciados (ou homogêneos), carecem de dinâmica social interna, e operam ao nível de processos de produção e de troca simples sem acumulação. Classe e conflitos sociais são estranhos a tais sociedades. Segundo esta análise, a intervenção do Estado colonial foi incapaz de reestruturar as sociedades tradicionais e de as levar a superar

a sua condição pré-capitalista. O exemplo vulgarmente usado é a ligação do campesinato com as formas pré-capitalistas (familiares) de produção, apesar da sua aparente proletarização. Tal é, por exemplo, a base teórica do chamado *socialismo africano*.¹¹

No caso da questão agrária em Moçambique, os dualistas argumentam que a crise de 1974-77 reflectiu o carácter dualista, ou *bi-modal*,¹² da economia agrária. O sector capitalista foi-se desmoronando, pois os colonos abandonaram o país e houve desinvestimento nas plantações. Isso afectou negativamente o abastecimento do mercado doméstico, em especial nas zonas urbanas, e as exportações. Por outro lado, o campesinato pôde retirar-se da produção agrícola comercializada e da venda da força de trabalho ao sector capitalista porque ficou liberto das formas de opressão colonial-capitalista, nomeadamente das culturas obrigatórias e do trabalho forçado. A crise da produção agrícola comercializada explica-se pelo facto de o campesinato ter regressado ao modo de produção pré-capitalista, que lhe é natural (em alguma literatura chamada *economia natural* ou *tradicional*), e o sector capitalista ter perdido investimento e força de trabalho.

O argumento dualista é baseado em três factos:

- O campesinato produzia pouco para o mercado. A proporção da produção camponesa que era comercializada, por regiões, era a seguinte: 17% no Sul, 15% no Centro e 29% no Norte. Portanto, o campesinato era apenas marginalmente integrado no mercado capitalista.
- Enquanto a produção agrária comercializada total decresceu significativamente entre 1974-77 (-43%), a produção agrária comercializada ao campesinato decresceu ainda mais (-60%) e a produção camponesa para auto-consumo aumentou (12%).
- As novas empresas agrícolas passaram a enfrentar consistentes faltas de mão-de-obra nos períodos de pico. A escassez de mão-de-obra recrutada já se fazia sentir no período colonial, mas era compensada pela utilização do chibalo. A abolição do chibalo tornou evidente essa escassez, a qual se pode explicar pela marginal ligação entre o campesinato e o mercado capitalista.

As conclusões dualistas sobre a política a seguir baseavam-se na noção de que o campesinato não dependia do mercado, tinha a alternativa de se retirar da economia mercantil e era dotado de capacidade de se auto-sustentar. Por essas mesmas razões, a produção camponesa era vista como sendo pouco elástica relativamente aos estímulos económicos de mercado, ex., política de preços (termos de troca e preços relativos), pois não era destinada ao mercado. A rigidez da resposta a estímulos económicos associada ao atraso técnico, tecnológico e social das forças produtivas no sector, faziam do campesinato uma força de limitado potencial económico, embora de grande importância social.

Por outro lado, o sector empresarial era o que reunia o maior potencial para a aceleração da taxa de crescimento da economia e da produção agregada para o mercado, e aquele que, estando sob controle estatal, melhor poderia responder ao mecanismo de planificação física da produção e das trocas.

Dada a independência dos *dois* sectores, a questão agrária tinha que ser enfrentada de uma forma *bi-modal*. Por um lado, era necessário investir no sector moderno (ou empresarial) e transformá-lo rapidamente no sector dominante da economia. Isso implicava investimento em capital fixo e em insumos intermediários mais sofisticados, com o objectivo de elevar a produtividade do trabalho, a rentabilidade das culturas e a extensão das áreas, e eliminar a dependência das empresas relativamente ao trabalho sazonal. Deste modo, estimava-se ser possível recuperar e ultrapassar os níveis de produção comercializada que haviam sido afectados pelo abandono dos colonos e dos capitais de plantações, e compensar pela perda *natural* de produção comercializada e de força de trabalho provenientes do sector camponês.

Por outro lado, o sector camponês não haveria de competir com o sector empresarial pelo acesso a factores de produção e recursos para investimento, dada a sua auto-suficiência. A transformação deste sector, fazendo-o evoluir para formas mais avançadas de produção (nomeadamente cooperativas e associações), era vista como uma condição para melhorar a vida e elevar a eficiência produtiva do campesinato. Tal estratégia não era relacionada com a do sector empresarial, nem levantava a questão dos factores de produção e recursos para investimento. Como viria a ficar expresso no Plano Prospectivo Indicativo (PPI) e em muitos outros documentos oficiais, o sector estatal necessitava de recursos, e o camponês e cooperativo de mobilização.

Em resumo, dada a sua análise baseada no modelo de dois sectores independentes, um dos quais, o camponês, era de subsistência e auto-suficiente, os dualistas sugeriam duas estratégias: investimento em grande escala no sector moderno, que oferecia maior potencial de desenvolvimento; e pouca necessidade de alocar recursos para o sector camponês, por este ser auto-suficiente e não dependente do recurso ao mercado, por poder manter-se no seu nível de subsistência enquanto o sector moderno gerava mais recursos para maior investimento e por os recursos disponíveis serem escassos e necessários para o sector moderno. Todavia, era política oficial que o sector moderno deveria apoiar o desenvolvimento do sector camponês (Tabela 4).

A Análise Não-Dualista

A concepção não-dualista defende que o Estado colonial reestruturou os processos sociais de produção e troca de modo a subordinar o campesinato ao mercado capitalista. Portanto, nem há coexistência de dois modos de produção, nem o campesinato se manteve socialmente homogêneo. A manutenção do proletariado ou semi-proletariado na posse de terra não reflecte a sobrevivência de estruturas pré-capitalistas, mas a construção de um mercado capitalista de trabalho com oferta abundante de mão-de-obra barata. A abundância e o baixo custo de tal força de trabalho dependiam de três factores: que a força de trabalho pudesse pagar parte dos custos da sua própria reprodução; que ela se mantivesse migrante ou sazonal mas disponível quando necessária; e que a sua base produtiva familiar dependesse do salário mas não pudesse desenvolver-se o suficiente para concorrer livremente com o trabalho assalariado no sector capitalista. A materialização de qualquer um desses factores dependia da ligação do campesinato com a terra. Portanto, ao invés de dois sectores, a economia é um sistema no qual a integração formal ou informal dos produtores no mercado capitalista de trabalho reflecte um padrão de acumulação e não a sobrevivência e coexistência de dois (ou mais) modos de produção.

Os não-dualistas argumentam que a crise de 1974-77 foi gerada pelo desmoronamento do sistema e do Estado coloniais, motivo pelo qual ela era historicamente inevitável. Por um lado, o sector empresarial entrou em crise parcialmente porque os colonos abandonaram o país e porque

se registou desinvestimento nas plantações. Neste aspecto, dualistas e não-dualistas não diferem substancialmente.

A diferença entre dualistas e não-dualistas é forte no que respeita à ligação entre "os dois sectores". Os não-dualistas argumentam que a falta de trabalhadores nas empresas agrícolas apenas se fazia sentir nos curtos períodos de pico. A escassez não representava uma retirada do campesinato do mercado de trabalho, mas o risco, a incerteza e os baixos retornos do trabalho assalariado no sector capitalista agrário. Por exemplo, ao mesmo tempo que as empresas agrícolas registavam escassez de força de trabalho em curtos períodos do ciclo produtivo, as empresas industriais urbanas enfrentavam excesso de oferta de trabalho, dada a maior estabilidade que ofereciam aos trabalhadores.

Por outro lado, os ciclos produtivos das empresas agrárias eram, frequentemente, coincidentes com os da produção familiar. A uma família camponesa colocava-se a questão de escolher entre aceitar o risco de tentar um contrato por dois ou três meses no sector empresarial agrícola, com um salário muito baixo, ou tentar maximizar os resultados da sua produção familiar.

No período colonial, este problema era "resolvido" com recurso ao trabalho forçado, que deixou de ser praticado depois da independência nacional. Além disso, os baixos salários impediam o campesinato de acumular e desenvolver a sua base produtiva. Portanto, o desmoronamento do sistema de trabalho forçado, sem que a estrutura de integração do campesinato no mercado fosse transformada, pôs em causa a rentabilidade e viabilidade do sector empresarial e não melhorou a base de acumulação do campesinato.

A quebra da produção agrícola comercializada do campesinato deveu-se, sobretudo, à ruptura dos circuitos de comercialização e do abastecimento do campo com bens de consumo e factores de produção, ao desincentivo de preço, à fraqueza do sistema de extensão rural e à deterioração da base de acumulação do campesinato, que se reflectiu num certo desinvestimento na agricultura familiar. Frequentemente, o camponês não tinha onde colocar o seu excedente, não tinha o que comprar com o dinheiro da venda do excedente, ou preferia vendê-lo em países vizinhos onde os termos de troca eram mais favoráveis e/ou o abastecimento mais regular.

Os não-dualistas também olham para o efeito global da crise. Por um lado, ela pôs em causa a viabilidade do sector empresarial e de todo o sistema de produção agrária coloniais. O sector empresarial não superou

a sua dependência relativamente ao trabalho sazonal. A sua viabilidade financeira foi posta em causa por não conseguir recrutar trabalhadores; e seria posta em causa se os salários tivessem sido significativamente aumentados e a força de trabalho estabilizada sem que o processo de produção fosse alterado.

Por outro lado, a crise reflectiu-se com particular severidade na deterioração acelerada da base produtiva do campesinato. Sem acesso a um salário estável e enfrentando um mercado cada vez mais fragmentado e estreito, o campesinato viu-se privado das suas mais importantes fontes de rendimento. A sua, já fraca, base de acumulação deteriorou-se, enfraquecendo a sua capacidade de satisfazer as suas necessidades de consumo e, mais importante, de investir na consolidação, expansão e desenvolvimento da sua base produtiva. No mesmo período, o capital mineiro na África do Sul diminuiu drasticamente o recrutamento de mineiros moçambicanos como medida de boicote económico contra Moçambique. Isso afectou severamente o rendimento do campesinato no Sul, o que estrangulou o processo de acumulação e desenvolvimento da sua base produtiva. Portanto, ao contrário do que os dualistas argumentam, a crise do sector familiar mostra quão dependente e subordinado tal sector é em relação ao mercado.

Os não-dualistas sustentam que a lição principal a tirar da crise de 1974-77 era a necessidade de transformar as relações de produção herdadas, como condição para assegurar o desenvolvimento das forças produtivas no campo e da capacidade de acumulação com base na agricultura. Dada a interdependência entre o campesinato e os mercados de trabalho e de bens, a estratégia teria que enfrentar simultaneamente a estrutura da produção e dos mercados e as formas de integração do campesinato e do sector empresarial nesses mercados. A alteração de elementos do sistema, sem transformar o padrão de acumulação, só iria agravar a crise (Tabela 4).

Tabela 4: Resumo dos principais argumentos de dualistas e não-dualistas na análise do campesinato moçambicano e na formulação de políticas económicas

Problema	Análise dualista	Análise não-dualista	
T E O R I A	Definição da teoria	Dois sectores (ou modos de produção) coexistem na economia: um moderno e outro tradicional. Têm relações entre si, mas são independentes um do outro. O sector tradicional não depende do mercado.	Um sistema económico em que o mercado capitalista é dominante, e integra e subordina todas as formas de produção, formal ou informalmente.
	Intervenção do Estado colonial	Criou ligações entre os dois modos de produção, mas não reestruturou a sociedade e o modo de produção tradicionais.	Reestruturou a organização e as relações de produção, intervindo no mercado de trabalho e de bens. Manteve o camponês ligado à terra para o manter disponível e barato para o mercado capitalista.
	Tipo de campesinato	Produtor de subsistência, marginalmente integrado no mercado capitalista, mas com possibilidade e interesse em retirar-se dele. Pouco sensível ao estímulo económico de mercado.	Produtor de mercadorias: força de trabalho, bens alimentares e produtos de exportação. Sensível, como qualquer produtor de mercadorias, ao estímulo económico do mercado.

E V I D Ê N C I A	Integração camponesa no mercado	A integração do campesinato no mercado era marginal, pois a proporção comercializada da sua produção era muito baixa: Sul, 17%; Centro, 15%; e Norte 29%.	A integração do campesinato no mercado foi determinada pelos interesses do capital em cada região: <i>Sul</i> : trabalho migratório; <i>Centro</i> : trabalho nas plantações e culturas obrigatórias; e <i>Norte</i> : culturas alimentares e para exportação.
	Crise da agricultura comercial dos camponeses	O campesinato retira-se do mercado por a obrigatoriedade das culturas de rendimento ter sido abolida.	Os circuitos comerciais para os excedentes e o abastecimento do campo são rompidos; desincentivo do preço; ruptura dos serviços de extensão; deterioração da base de acumulação fora da agricultura.
	Crise do recrutamento de trabalho assalariado	Abolido o trabalho forçado, os camponeses podem e preferem retirar-se para a produção de subsistência.	A crise de recrutamento reflectia a instabilidade e incerteza do trabalho (devido à eventualidade), o salário baixo e a competição entre formas alternativas de alocação do trabalho fora e dentro da agricultura familiar.
Política Económica Agrária	Desenvolvimento independente dos dois modos de produção. Investimento no sector moderno aumentará a taxa de acumulação. O campesinato pode esperar e, entretanto, ir-se organizando em formas colectivas de produção.	A transformação do sistema de produção agrícola tem que ser total: o sector empresarial deve romper com as monoculturas e modernizar-se. O campesinato precisa de recursos de investimento, rede comercial, adequada política de preços e serviços de extensão.	

Estratégias do III e IV Congressos da FRELIMO e a Estrutura Agrária¹³

Estratégia do III Congresso: Acumulação Centrada no Estado

A partir do III Congresso da Frelimo, em Fevereiro de 1977, foi oficialmente adoptada a estratégia de colectivização do campo. Tal estratégia assentava em dois eixos: o sector empresarial estatal como forma de produção dominante, e o sector cooperativo.

O Sector Estatal Agrário

Os objectivos centrais do desenvolvimento do sector estatal eram a satisfação das metas do plano de volumes de produção e o desenvolvimento das forças produtivas no campo. No período até 1984, mais de 90% do investimento e dos técnicos alocados à agricultura destinaram-se a este sector, numa clara tentativa para o expandir, modernizar tecnicamente e tornar dominante na economia. No mesmo período, 70% do investimento na economia nacional foi destinado à agricultura e construção; uma componente central na construção eram as obras destinadas à expansão das explorações agrária (ex., projectos de irrigação). Entre 1977-81 foram importados mais de três mil tractores e cerca de meio milhar de auto-combinadas, entre outro equipamento e maquinaria agrícola. Insumos agrícolas de melhor qualidade, especialmente químicos importados (ex., fertilizantes e pesticidas), passaram a ser usados **massivamente**.

Neste período, o objectivo era atingir uma determinada meta de produção física. Deste modo, seriam garantidos os balanços materiais necessários ao cumprimento dos objectivos centrais do sistema de planificação centralizada, nomeadamente: o equilíbrio entre a oferta e a procura de recursos escassos (em especial de moeda externa), entre a oferta e a procura de factores de produção entre os diferentes sectores da economia e entre o consumo e o investimento. A eficiência económica era medida pela quantidade produzida.

Quando a rentabilidade das culturas era inferior ao planificado, as áreas de cultivo tinham que ser aumentadas para que o volume de produção planificado fosse alcançado. A expansão das áreas do sector estatal (que frequentemente implicaram a expropriação de terras com qualidade¹⁴ ao campesinato e mesmo às cooperativas) e a consolidação do regime de monoculturas foram as "soluções" adoptadas em face da necessidade de aumentar os volumes de produção. Em 1978, as empresas estatais agrárias ocupavam 100 mil hectares de terra cultivável, tendo expandido até 140 mil ha em 1982. No entanto, no mesmo período o volume de produção decresceu.

A mecanização acelerada tinha em vista o aumento rápido da produção no sector estatal, pois permitiria aumentar as áreas sob cultivo e reduzir a dependência relativamente ao recrutamento de força de trabalho sazonal. Portanto, o aumento do volume de produção seria uma função da expansão das áreas e do aumento da produtividade do trabalho. No entanto, o tipo de mecanização realizado gerou uma série de problemas por causa da estrutura económica então existente:

- Ao aumentar substancialmente a produtividade do factor trabalho, a mecanização pode substituir trabalhadores pelo menos em algumas fases do processo de trabalho. Dado que a mecanização acelerada no sector estatal consumiu acima de 90% do investimento realizado na agricultura, não foi possível realizar o investimento necessário fora do sector estatal para estabilizar a força de trabalho. Portanto, a mecanização contribuiu para reduzir as oportunidades de emprego.
- A mecanização ocorreu sem que os padrões de monocultura fossem alterados; sem que todo o processo de produção, da lavoura à colheita, fosse mecanizado com igual intensidade; e num contexto em que os principais factores de produção eram importados e frequentemente chegavam fora dos períodos para os quais eram destinados. Daí resultou que o sector estatal continuou a depender do recrutamento de força de trabalho sazonal, especialmente nos períodos de pico da colheita. Dado que as máquinas permitiam trabalhar maiores extensões de terra, também eram necessários mais trabalhadores para as colheitas. Assim, enquanto que as oportunidades de trabalho permanente diminuíram, a necessidade de trabalho sazonal em períodos muito curtos aumentou. Portanto, a instabilidade

do emprego aumentou, o que diminuiu a oferta de força de trabalho para o sector estatal: desenvolveu-se a endémica crise de recrutamento de força de trabalho, com graves consequências quanto à rentabilidade do sector.

- A mecanização requer um fluxo de serviços que permita otimizar o aproveitamento do equipamento, nomeadamente: assistência técnica, fornecimento de combustível, peças sobressalentes, manutenção corrente e operadores treinados. Estes serviços nem sempre estavam disponíveis, especialmente aqueles que requeriam moeda externa — pois concorriam com o equipamento pelo uso de um recurso escasso — e os que requeriam força de trabalho qualificada. Era, assim, comum as máquinas pararem por falta de combustível, por falta de adequada manutenção e de peças sobressalentes, ou por avarias resultantes de uso indevido. Nestas crises, recorria-se ao recrutamento *ad-hoc*, não planificado, de força de trabalho, o que incrementava os custos e reduzia a produção.

- A mecanização, em si, não aumenta a rentabilidade das culturas. Para que essa rentabilidade aumente, é necessária a adopção de tecnologias intensivas para a recuperação e melhoramento dos solos, sementes melhoradas, etc. Num contexto em que a economia depende da importação de ambos os tipos de tecnologia (extensiva e intensiva), e a capacidade de importação cresce mais lentamente do que o investimento em tecnologia, a moeda externa tende a tornar-se cada vez mais escassa. Assim, a importação de tecnologia extensiva tende a concorrer com a importação de tecnologia intensiva pelo uso dos mesmos escassos recursos. Isto é, quanto mais máquinas se importarem, menos sementes melhoradas, pesticidas, herbicidas, fertilizantes, etc., se podem importar. As máquinas permitem aumentar a extensão da área sob cultivo, pelo que também aumentam a procura para os outros insumos. No entanto, máquinas e combustíveis podem facilmente esgotar os recursos de uma economia que exporte pouco e não tenha capacidade tecnológica interna. Se a prioridade for a expansão das áreas, parte delas ficará por cultivar ou será cultivada com insumos de menor qualidade. Frequentemente, o sector estatal enfrentou o problema da falta de outros insumos o que diminuiu a rentabilidade e a qualidade das culturas, aumentou os

custos unitários e reduziu (ou eliminou) a viabilidade económica do investimento.

Dado que a mecanização não resultou em retornos crescentes do investimento, os custos unitários aumentaram proporcionalmente ao novo investimento. O sector tornou-se, então, economicamente inviável.¹⁵

Ao priorizar os balanços de produção material, o Estado marginalizou a análise dos custos como indicador de eficiência relativa na alocação dos recursos. Isto é, o Estado estava mais interessado na quantidade que era produzida do que na eficiência com que essa produção era realizada. Quatro factores podem explicar a pouca atenção dada à eficiência económica dos programas de desenvolvimento:

- A ortodoxia dogmática do grupo dirigente da gestão económica no seio da FRELIMO e do governo, o qual era historicamente apoiado pela experiência de colectivização e industrialização forçadas na URSS, e pelo voluntarismo político do período do *grande salto em frente* na China. Além disso, os principais parceiros de Moçambique no desenvolvimento agrícola eram, exactamente, países do leste europeu (Roménia, Bulgária, RDA e URSS), cujas opções estavam direccionadas para a formação de grandes empresas estatais e uso massivo de tecnologia extensiva. Esta posição ortodoxa não só conduziu a um tipo de *aventureirismo económico*, como ainda impediu a crítica atempada dos erros e a sua correcção. Isto reflectiu-se na inflexibilidade das políticas e dos debates, bem como na incapacidade de mudar e corrigir, até que a crise de 1983 veio a forçar a introdução de alterações na gestão da economia.

- No modelo de planificação adoptado, a moeda era considerada um factor exógeno e passivo cuja função era a de financiar o crescimento da produção sectorial, num contexto em que não se reconhecia a existência de constrangimentos financeiros ao prosseguimento de uma via extensiva de desenvolvimento.

- O ponto anterior era reforçado pelo facto de o Estado controlar, praticamente, todo o sistema financeiro. A alocação de recursos financeiros era administrativamente realizada através do Orçamento do Estado e da banca estatal, num sistema de financiamento

burocrático do plano, sem limites determinados e sem incentivar o aumento da eficiência. Aparentemente, pelo menos nos primeiros anos, não havia limites para a operação das finanças do Estado (Wuyts 1989:89-115).

- O governo acreditava que os desequilíbrios monetários seriam de curta duração e que a eficiência económica do sector estatal aumentaria à medida em que o sector estatal expandisse, consolidasse a sua posição dominante e adoptasse tecnologia de ponta. Portanto, dadas as expectativas de médio e longo prazos, os desequilíbrios de curto prazo poderiam ser postos em segundo plano. No entanto, dado que os recursos da economia foram esgotados em projectos de longo prazo, os sectores de retorno imediato foram paralisando e os recursos não foram reproduzidos. Em 1982, o ritmo de aumento do investimento tinha sido travado; em 1983, começava a deteriorar-se rapidamente (Wuyts 1989:89-115).

Os insumos e os produtos agrícolas passaram a ser comercializados através de empresas estatais grossistas; deste modo, o Estado controlava os preços ao produtor e ao consumidor. Este facto, adicionado à política de investimento concentrado nas empresas estatais agrárias, aparentemente centralizou a acumulação nas mãos do Estado.

No entanto, dado que a actividade da maioria dos agentes económicos não era controlável pelo Estado, e por causa da consistente falta de factores e produtos agrícolas, o controle administrativo das trocas entre instituições do Estado, entre estas e o sector familiar e privado, e no seio destes últimos, nunca funcionou como concebido. Desenvolveu-se o mercado paralelo para os principais produtos agrícolas, onde os preços praticados eram entre 50% e 600% mais altos que os oficiais. Além disso, os comerciantes e transportadores privados eram quem acumulava capital com este processo. Em 1981-2, na Zambézia, consideráveis quantidades de milho eram comercializadas no mercado paralelo a preços entre 50% e duas vezes mais altos que os oficiais, embora os camponeses não vendessem os excedentes a preços notoriamente mais altos que os oficiais. Os comerciantes e transportadores eram quem ganhava neste processo. Em 1985 em Chókwé, Gaza, o arroz era vendido no mercado paralelo a um preço 5 vezes mais alto que o oficial. Na mesma área, o

preço do milho no mercado paralelo era quase 40 vezes mais alto do que o oficial (Mackintosh 1986:563-4).

Camponeses e cooperativas

Para os restantes sectores, nomeadamente o familiar, o cooperativo e o privado, foram destinados pouco mais de 5% do investimento e dos técnicos afectos à agricultura. Entre 1977-81, nem uma enxada foi importada para o sector familiar, apesar de a produção nacional de enxadas ter diminuído para metade, em grande medida por causa da falta de divisas para importar insumos (ex., chapas metálicas) e para reabilitar o equipamento industrial (Wuyts 1989:60).

As cooperativas tinham em vista organizar o campesinato colectivamente em formas de produção mais avançadas. A estratégia para o seu desenvolvimento assentava em palavras de ordem como “contar com as próprias forças”, o que reflectia o padrão de alocação de recursos (já descrito) e a sua escassez.

O movimento cooperativo foi afectado por uma série de problemas específicos inerentes à estrutura económica e social herdada, e à estratégia de acumulação centrada no Estado:¹⁶

- As leis coloniais fascistas, o padrão de recrutamento de mão-de-obra barata e o trabalho migratório baseavam-se na repressão de todas as formas de organização política do campesinato e resultavam na sua dispersão social. Na generalidade, o campesinato moçambicano não tinha a organização social e política, nem a experiência de organização e gestão, que pudessem constituir a base para o movimento cooperativo. Isto não significa que as cooperativas não poderiam ter sido desenvolvidas, mas apenas que a base para as desenvolver era bastante frágil.

- Dado que não existiam camponeses sem terra, em geral a colectivação da área de cultivo, em si, não trazia quaisquer vantagens económicas. Para se conseguir que a produção cooperativa se tornasse imediatamente mais produtiva que a familiar, teria sido necessário realizar investimento em capacidade produtiva, extensão, transportes, capacidade de armazenamento e de conservação de

produtos, irrigação, etc., de acordo com as especificidades de cada região e do mercado. No entanto, a maior parte dos camponeses envolvidos no movimento cooperativo não dispunha de capital acumulado para arriscar um investimento significativo numa nova forma de produção. A camada mais próspera do campesinato podia acumular capital fora do movimento cooperativo, não estando, por isso, interessada em investir na produção colectiva; eventualmente, poderiam interessar-se por cooperativas de serviços, por causa de possíveis economias de escala e da competição com agentes económicos economicamente mais poderosos. O Estado esgotou os recursos disponíveis para a agricultura com o investimento extensivo no sector estatal, pelo que não podia promover investimento no sector cooperativo.

● Os camponeses potencialmente mais interessados no movimento cooperativo eram igualmente dependentes do trabalho assalariado, principal fonte do seu rendimento monetário. O seu trabalho já estava dividido entre o trabalho nas machambas familiares (onde produziam parte das necessidades para a reprodução da força de trabalho) e nas empresas (onde obtinham o rendimento monetário básico). As cooperativas surgiram como uma terceira opção; no entanto, a curto prazo não ofereciam a segurança da machamba familiar e do emprego assalariado, por muito instável que este fosse. Para se dedicar a uma cooperativa, o camponês teria que decidir abandonar uma das anteriores actividades, trocando-a por outra ainda não bem conhecida e não necessariamente mais avançada. Neste quadro, muitas cooperativas enfrentaram o problema endémico da falta de força de trabalho nos períodos de pico, tal como as empresas estatais. Por outro lado, a maioria das cooperativas era constituída por dois grupos principais de camponeses:

■ os que procuravam na cooperativa os meios de que careciam para se tornarem camponeses médios e prósperos, pelo que estavam mais interessados nos serviços que as cooperativas pudessem fornecer, ex., terra, extensão, meios de produção, colaboração dos outros cooperativistas nas colheitas nas machambas familiares; e

■ mulheres de camponeses assalariados ou viúvas, provavelmente mais interessadas na eficiência da produção colectiva do que o outro grupo, mas sobretudo preocupadas com: manter a posse da terra e, se possível, alargar a sua área de cultivo; ter acesso a alguns bens e serviços não disponíveis no mercado e/ou a preços mais baixos que os do mercado; garantir uma entrada no sistema de acumulação através das cooperativas, onde pudessem, eventualmente, aplicar as poupanças realizadas a partir do trabalho assalariado, ex., aquisição de meios de produção ou de uma nova parcela de terra. Muitas cooperativas agrícolas eram constituídas somente por mulheres; e, em quase todas as restantes, as mulheres constituíam a maioria dos cooperativistas. Este facto é um indicador aproximado do elevado grau de proletarização do campesinato moçambicano.

● A produção cooperativa pressupõe a produção de excedentes; de outro modo, por que iria um camponês substituir a sua produção familiar ou o seu emprego assalariado pela actividade na cooperativa? A ruptura dos circuitos de comercialização (inicialmente derivada do abandono dos cantineiros portugueses) e a política de preços ao produtor agrícola (fixos, rígidos e baixos), impediram que o movimento cooperativo se consolidasse economicamente: os excedentes dos primeiros anos não foram comercializados; excedentes comercializados apodreceram nos armazéns; o acesso a factores de produção e bens de consumo de maior procura nas zonas rurais tornou-se muito difícil. Por outro lado, os preços desincentivavam a produção e comercialização nos circuitos oficiais e desfavoreciam a acumulação por parte do campesinato. A comercialização feita no mercado paralelo enriquecia sobretudo os comerciantes e transportadores, por causa do controle que mantinham sobre os circuitos de comercialização (Mackintosh 1983 e 1986).

● A afirmação da vantagem económica das cooperativas requer um certo nível de progresso tecnológico a curto prazo; este progresso, por sua vez, não pode ocorrer sem a existência de eficientes serviços de extensão e desenvolvimento. Os principais programas de investigação agrónoma centraram-se no sector estatal e a maior parte das

cooperativas não teve acesso sistemático a qualquer tipo de serviço de extensão.

- A cooperativização necessita de novas formas de contabilidade, gestão e planificação, muito difíceis de disseminar e absorver enquanto os camponeses envolvidos no movimento fossem analfabetos. A organização e o desenvolvimento do campesinato em moldes empresariais cooperativos requeria um grande esforço de alfabetização, treino em gestão e novas formas de produção. Dada a escassez de recursos financeiros e humanos alocados a este sector, esta tarefa tornou-se irrealizável.

Para fazer face às crescentes necessidades de moeda externa, o Estado adoptou a política de intensificar o padrão de culturas herdado do período colonial, nomeadamente as produções para exportação baseadas em monoculturas. A consolidação das monoculturas reforçou o padrão sazonal do recrutamento de força de trabalho. A mecanização diminuiu as oportunidades de emprego estável. A instabilidade de emprego reduziu a oferta de força de trabalho para as empresas agrárias nos períodos de pico; a falta de força de trabalho barata disponível para esses períodos passou a ser um dos grandes problemas endémicos do sector estatal, afectando significativamente a sua viabilidade económica (Mackintosh 1986; O'Laughlin 1981; Wuyts 1989).

A concentração do investimento, a redução das oportunidades de emprego mais estável, a ruptura dos circuitos de comercialização e extensão, e o controle administrativo dos preços aos produtores e consumidores (do qual só os comerciantes, transportadores e produtores médios ou grandes tiravam proveito através do mercado paralelo), deixaram o campesinato com menos rendimento monetário e sem factores de produção. A crise deste sector agravou-se (Mackintosh 1986, O'Laughlin 1981 e Wuyts 1989).

Dado que a base de acumulação do campesinato fora minada, o investimento era concentrado no sector estatal, o mercado estava sob controle de empresas estatais grossistas e dos comerciantes, transportadores e grandes produtores, as cooperativas não puderam desenvolver-se nem oferecerem alternativas ao campesinato. De facto, os camponeses passaram a ter de trabalhar nas suas *machambas* familiares e nas empresas agrícolas, procurar emprego fora do distrito e muitas vezes nas

maiores cidades, mas também tinham que trabalhar nas cooperativas. Irónica e dramaticamente, as cooperativas foram duramente afectadas pela endémica falta de força de trabalho nos períodos de pico.

Na prática, as cooperativas agrárias não funcionaram como unidades produtivas, mas operaram, por vezes eficientemente, na aquisição e distribuição de bens de consumo e factores de produção pelos camponeses, de acordo com o padrão de diferenciação existente (Castel-Branco 1983).

Apesar de dirigida à transformação socialista do campo, a estratégia do III Congresso não levantou nem enfrentou ou resolveu o problema da transformação da estrutura das relações de produção e de troca no campo. Tal estratégia mudou o centro de acumulação do sector capitalista colonial e multinacional para o sector estatal, mantendo intactas as estruturas e as relações sociais de produção herdadas.

Estratégia do IV Congresso: O Alargamento do Centro de Acumulação

Na altura do IV Congresso da FRELIMO (Abril de 1983), a crise económica e os efeitos demolidores da guerra de agressão contra Moçambique já se faziam sentir com grande intensidade. As exportações haviam caído em 50%, as importações haviam baixado em um terço e o défice comercial havia aumentado rapidamente com o valor das importações a ser igual a cinco vezes o das exportações (Mackintosh 1986 e Wuyts 1989). A produção das principais culturas de exportação e para o mercado interno havia baixado significativamente (Tabela 5).

Tabela 5. Índice de produção¹⁷ agrícola comercializada para produtos seleccionados em 1983 (1980 = 100)

Produtos para o mercado interno				
Arroz	Milho	Feijões	Girassol	
30	80	33	60	
Produtos para exportação				
Açúcar*	Chá	Sisal	Copra	Caju
20	33	35	60	20

Fonte: Adaptado e estimado com base em Mackintosh (1986:568-71, Tabelas 1-4) e Wuyts (1989: Cap. 1).

* ano de base: 1979.

Entretanto, as reservas de moeda externa haviam sido esgotadas, pelo que a estratégia de investimento baseada em importações era impossível de manter.

Neste contexto, o padrão de acumulação centrado no sector estatal e que negligenciou o sector familiar e o privado foi alvo de duras críticas. A nova estratégia deu primazia ao factor humano sobre a tecnologia, aos pequenos sobre os grandes projectos. Decidiu-se que as empresas agrárias deveriam ser redimensionadas e reorganizadas para produzirem eficientemente, e foi posta maior ênfase na operação dos mecanismos económicos como preços, controle dos custos, produção de lucros. Ao mesmo tempo, foi dada maior importância à gestão e ao equilíbrio macroeconómicos. Esta estratégia favorecia alguns ajustamentos importantes, especialmente no que se refere à reorientação dos centros de acumulação, diminuindo a centralização resultante da estratégia anterior, e ao papel dos estímulos económicos, diminuindo a onipotência da planificação burocrática.

Em grande medida por causa da guerra, a estratégia do IV Congresso nunca chegou a ser realmente posta em prática. No entanto, a estratégia era vaga e indecisa em vários aspectos, nomeadamente quanto às formas de implementação das reformas, às relações entre os diferentes sectores

sociais, à relação entre a planificação dos recursos e a operação dos mercados, etc.

Ajustamento Estrutural e Agricultura

Entre 1983 e 1986, a guerra de agressão contra o país intensificou-se, a crise económica agravou-se e o centro de acumulação virou-se gradualmente na direcção do sector privado nacional e estrangeiro. Recursos começaram a ser transferidos do sector estatal para o privado e o apoio estatal foi sendo concentrado nas maiores unidades produtivas não estatais (camponeses ricos e pequenos capitalistas agrários), em nome do combate à fome através da mobilização dos produtores mais activos. Tão cedo como 1984 (apenas um ano após o IV Congresso), iniciou-se o debate sobre a possibilidade de permitir aos membros do Partido Frelimo o acesso à propriedade dos meios de produção incluindo o recrutamento de força de trabalho.¹⁸

Foram apresentados argumentos diversos sobre a necessidade de mudar o centro de acumulação para o sector privado. Alguns sectores da FRELIMO entendiam este movimento como uma acção pragmática tendente a envolver todas as formas sociais de produção no combate à fome; outros afirmavam que a pequena-burguesia nacional era o sector social mais dinâmico da sociedade moçambicana, pelo que ela teria que passar a ser o centro da estratégia de desenvolvimento. Alguns chegaram mesmo a afirmar que, em África, a posse de terra e de gado é uma tradição cultural, e que o emprego de força de trabalho é a continuação de formas de inter-ajuda comuns à cultura rural africana e distantes do sentido clássico de exploração do homem.

Seja qual for o argumento por detrás do facto, o certo é que esta viragem para o sector privado aconteceu num momento em que a crise económica se agravava, a carência de recursos externos paralisava a maior parte dos sectores produtivos, o mercado paralelo e a inflação não-oficial prosperavam, o governo iniciava uma campanha para encontrar apoio económico no Ocidente, agências doadoras — como foi especialmente o caso da USAID — concediam ajuda directa e vinculada ao sector privado — especialmente através da distribuição de factores de produção a preços altamente subsidiados — e o *dirigismo estatal* começava a ser responsabilizado pelo estado crítico da economia.

Em 1985, Moçambique aderiu ao sistema do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Nesse mesmo ano, foram liberalizados os preços dos produtos hortícolas e das frutas, iniciada a privatização de empresas e activos sob propriedade ou intervenção do Estado — embora de forma ainda tímida — reformulados os programas de reabilitação e desenvolvimento rural, passando a prioridade para o sector privado e para o campesinato mais próspero. Em 1986, o governo iniciou a aplicação de um ensaio do que viria a ser o programa de reforma económica. Em Janeiro de 1987, entra em vigor o Programa de Reabilitação Económica (PRE). A partir de 1991, este programa passa a denominar-se PRES, com a integração de uma componente social.

Os objectivos essenciais do PRE/PRES, em relação à agricultura, eram recuperar a produção mercantil e os circuitos comerciais, de modo a atingir, em 1990, os níveis de produção comercializada de produtos alimentares e de exportação de 1981. Para realizar estes objectivos, o programa propunha-se reforçar o papel do sector privado, reformular a política de preços e garantir a alocação dos factores de produção pelos mecanismos de mercado.

As Linhas Principais das Reformas

O ponto de partida para o programa de ajustamento estrutural na agricultura, era a visão de que a produção rural era parcialmente retraída por factores 'externos' como a herança colonial, a guerra, e as calamidades naturais,¹⁹ mas principalmente pela adopção de políticas inadequadas, nomeadamente a fixação administrativa dos preços, a sobrevalorização da taxa de câmbio, a adopção de políticas comerciais restritivas e a concentração do investimento público no sector estatal (Gibbon *et al.* 1993:42). Em linha com esta análise, a reforma do sistema e da política de preços, e a reestruturação do sistema de *marketing* e das empresas produtivas do Estado, foram definidas como as áreas chave para a reforma na agricultura.

A curto prazo, os preços das principais culturas para exportação deveriam ser alinhados com os preços internacionais. A longo prazo, o governo deveria apenas definir preços mínimos para toda a produção comercializada. A empresa estatal de comercialização agrícola, AGRICOM, deveria concentrar-se no comércio grossista, aos níveis

provincial e nacional, bem como operar como retalhista de último recurso. O grosso do comércio retalhista seria reservado para o sector privado; se este estivesse envolvido na exportação de produtos agrícolas, poderia reter parte da moeda externa gerada. As empresas estatais agrárias deveriam ser privatizadas, e as terras transferidas para o sector privado e camponês.

Quatro aspectos centrais foram subvalorizados pelo programa de reformas:

- *Os efeitos da guerra:* As vias de circulação estavam interrompidas, as populações camponesas haviam-se refugiado em torno das cidades e vilas, os mercados haviam sido ainda mais fragmentados, bens de consumo e factores de produção escasseavam e raramente podiam ser adquiridos com dinheiro. Portanto, era de esperar uma baixa elasticidade da oferta de produtos agrícolas relativamente aos preços e a medidas de liberalização que não enfrentassem estes constrangimentos estruturais.
- *A redução de oportunidades de emprego e perda dos mercados externos:* A drástica redução do número de mineiros na África do Sul, bem como a perda dos mercados para os produtos agrícolas e das possibilidades de emprego dentro da economia, conduziram o campesinato a um estado de falência. Sem o acesso a fontes de rendimento monetário, o campesinato não poderia adquirir os insumos e factores de produção para recomeçar a actividade agrícola. Portanto, dificilmente responderia positivamente à alteração dos termos de troca a seu favor.
- *Pressão sobre a terra:* A terra arável em Moçambique não é abundante, quer sob o ponto de vista da qualidade dos solos, quer sob o ponto de vista da sua qualidade e localização económicas. Portanto, a pressão e os conflitos sobre a terra têm sido uma constante ao longo das diferentes estratégias de desenvolvimento. As plantações, as empresas estatais agrícolas e o sector privado expropriaram terra do campesinato. A concentração dos camponeses em torno de zonas urbanas ou de maior segurança aumentou a pressão sobre a terra e contribuiu para reduzir a produtividade marginal do trabalho. O retorno dos camponeses às zonas de origem

não se tem feito sem grandes conflitos acerca da propriedade da terra. Este problema não poderia ser resolvido pelo mecanismo de preço.

● *Acesso a factores de produção e crédito:* A distribuição de factores de produção por meio do mecanismo de mercado, bem como a concessão do crédito em condições comerciais, não poderia deixar de prejudicar seriamente o grosso do campesinato relativamente aos pequenos capitalistas agrários, comerciantes e transportadores. Portanto, o mecanismo de mercado aprofundaria a diferenciação do campesinato e consolidaria o poder dos maiores produtores e comerciantes sobre o mercado.

Tendências do Desenvolvimento Agrícola

Apesar dos problemas existentes com as estatísticas agrícolas de Moçambique, vale a pena examinar alguma informação básica e, tomando em consideração a estrutura sócio-económica da produção agrícola, desenhar algumas conclusões.

A Produção Agrícola Agregada

As estatísticas disponíveis indicam que o PRE coincidiu com uma significativa recuperação da economia durante os dois primeiros anos, especialmente como resultado da injeção de moeda externa para aquisição de factores de produção e a melhoria da sua distribuição. Esta tendência abrandou em 1989 e inverteu-se a partir de 1990. A produção agrícola comercializada seguiu o mesmo padrão geral da economia: depois de um crescimento significativo dos volumes de produção agrícola comercializada (embora aquém do estimado) em 1987 e 1988, o ritmo abrandou em 1989 e 1990, e tornou-se então negativo (Tabela 6).

Tabela 6. Produção agrária (índices base 100) e taxa de variação relativamente ao período anterior ($\Delta Y_a/Y_{a-1}$) em (%)

	1974= 100	1981= 100	1986= 100	$\Delta Y_a/Y_{a-1}$
1974	100	164	208	---
1977	57	93	119	-43
1981	61	100	127	7
1985	48	79	100	-21
1986	48	79	100	0
1987	51	84	106	6
1988	55	90	115	8
1989	56	92	117	2
1990	53	87	110	-5
1991	52	85	108	-2
1992	47	77	98	-9

Fontes: Estimado com base em DNE (1991: Quadro 4.1.1 e 1992: Quadro 4.1.1), Banco Mundial (1990:9 e Tabela 1) e Wuyts (1989:Cap.1)

A informação disponível indica que, entre 1986 e 1990, a produção comercializada aumentou significativamente no caso de alguns produtos importantes, como sejam a castanha de caju (26% para todo o período, a uma taxa de crescimento média anual de 5,9%) e o milho (2,5 vezes, a uma taxa de crescimento média anual de 36,7%). No mesmo período, a produção de arroz decresceu em 55% (a uma taxa média anual de -11,6%). Entre 1990 e 1991, a produção de uma série de culturas alimentares básicas decresceu de forma muito significativa: -28% para o milho, -42% para o arroz, -11% para a mapira e -12% para a mandioca (Gibbon *et al.* 1993:45-6).

As tendências não são ainda completamente claras: existe uma grande flutuação de curto prazo, as estatísticas não são muito fiáveis, o período em análise é curto. As únicas conclusões definitivas são: a produção agrícola comercializada não tem experimentado uma recuperação estável e significativa no seu todo, relativamente a 1986, e permanece substancialmente inferior à de 1981; e os produtos para exportação têm recebido muito mais atenção do que as culturas alimentares para o mercado doméstico.

Termos de Troca Domésticos e Internacionais

Oficialmente, os termos de troca para os produtores rurais constituem um elemento chave do ajustamento. O índice dos termos de troca para os produtores rurais indica a relação entre o índice de preços do que os camponeses vendem e o índice de preços do que eles compram, e mostra se os preços dos produtos vendidos pelos camponeses estão em linha, são mais baixos ou mais altos do que os preços dos produtos, bens e serviços que eles têm que adquirir. Este índice mede, pois, a evolução da vantagem relativa de produzir na agricultura ou em outros sectores da economia, ou, por outras palavras, o poder de compra dos produtos produzidos pelo campesinato.²⁰ Se o índice for maior do que 100, significa que os termos de troca têm evoluído a favor dos camponeses; se for menor, dá-se o contrário.

Teoricamente, a liberalização, em especial da taxa de câmbio, deve fazer com que os produtores que maximizam o uso de recursos domésticos abundantes em vez de recursos importados escassos, e os produtores para exportação, obtenham vantagens comparativas. Assume-se que a agricultura, em Moçambique, reúne essas duas características: por um lado, usa recursos abundantes, nomeadamente terra e força de trabalho, e, por outro lado, constitui a base das exportações da economia nacional. Nestas condições, o índice de preços dos produtos agrícolas deve mostrar uma constante apreciação (deve ser, em termos agregados médios e numa relação sempre crescente, maior do que 100). Por isso, a produção rural poderá ser rapidamente reactivada, pois os produtores agrícolas serão estimulados e os recursos afectos a sectores ineficientes serão realocados para a agricultura.

No entanto, apesar da liberalização, e talvez por causa da liberalização, os termos de troca enfrentados pelo campesinato não têm evoluído de forma estável e definitiva a seu favor, nem parece terem um impacto consistente na evolução dos índices de produção comercializada (Tabela 7).

Por um lado, parece ser possível estabelecer uma relação positiva e directa entre a deterioração dos termos de troca entre 1976 e 1980, a política de centrar a acumulação no sector estatal, por meio da planificação burocrática de todas as relações de troca, e a quebra da produção comercializada do campesinato. Esta relação parece logicamente relacionada com as decisões do III Congresso (Fevereiro de 1977). No

entanto, é necessário chamar a atenção para outros factores que podem ter tido tanto ou mais impacto do que a deterioração dos termos de troca: neste período, os circuitos de troca haviam sido rompidos; o campesinato, em geral, não tinha acesso a um abastecimento regular de bens de consumo e de factores de produção; e praticamente todo o investimento do Estado (que na altura representava virtualmente todo o investimento na economia) era alocado ao sector estatal.

Tabela 7. Termos de troca para o sector camponês, 1976 a 1989 (índice 1986 = 100)

Período/ Estratégia	Índice dos Termos de Troca
III Congresso	
1976	88
1980	69
IV Congresso	
1983	74
1ª Liberalização	
1985	97
1986	100
Período do PRE	
1987	111
1988	62
1989	45

Fonte: Adaptado e ajustado com base em: Grupo de Estocolmo (1990: apêndice 9) citado em Gibbon et al. (1993:46, tabela 14).

Por outro lado, apesar da recuperação significativa dos termos de troca a partir do IV Congresso, e mais acentuadamente após a liberalização de 1985, a produção agrícola comercializada continuou a decrescer

por efeito da guerra, da ruptura dos circuitos de troca e de prestação de serviços, e da carência de factores de produção para o campesinato. Neste período, foi iniciado um programa liderado pela USAID para fornecimento de factores de produção ao sector privado a preços altamente subsidiados: tractores, alfaias agrícolas e camiões de pequena e média tonelagem foram vendidos ao sector privado com os preços determinados a uma taxa de câmbio altamente sobrevalorizada.

Após a introdução do PRE, verificou-se uma nova recuperação (de curto prazo) dos termos de troca a favor do campesinato: pela primeira vez, em mais de 20 anos, o campesinato parecia estar a tornar-se no novo centro de acumulação. Esta aparente *revolução* foi, no entanto, de muito curto prazo (um ano). Comparando as tabelas 6 e 7, pode observar-se uma aparente relação directa e positiva entre a evolução dos termos de troca e dos níveis de produção comercializada, com um ano (ou uma época agrícola) de tempo diferencial. É, no entanto, muito difícil separar o efeito dos termos de troca dos efeitos de outros factores importantes, tais como os projectos *piloto* de produção e comercialização agrícolas, a obtenção de financiamentos externos para abastecimento de algumas zonas rurais e algumas camadas de produtores com bens de consumo, serviços e factores de produção, etc.

O Banco Mundial sustenta que tem havido uma melhoria nos termos de troca para as culturas de exportação (caju e algodão), embora não tenha fornecido informação que o confirme, e reconhece a possibilidade de os termos de troca para as culturas alimentares se estarem a deteriorar (Gibbon *et al.* 1993:46). Argumenta, ainda, que a deterioração dos termos de troca para o sector camponês é devida ao incremento rápido dos custos dos bens de incentivo e dos factores de produção, causado pela desvalorização do metical (Banco Mundial 1991:2). No entanto, há quatro questões a analisar:

- Por que motivo é que bens de incentivo e os factores de produção têm que ser importados? Pode argumentar-se que isso é causado pelo efeito do PRE na indústria doméstica: os seus custos aumentaram pelo efeito combinado das desvalorizações, da dependência relativamente a factores de produção importados e da massiva sub-utilização da capacidade instalada, dado que a procura efectiva doméstica diminuiu por efeito da redução do rendimento real (Gibbon *et al.* 1993:47). Tais efeitos conduziram ao colapso da

indústria nacional no período 1989-93. De facto, entre 1986 e 1992, o valor da produção da indústria nacional (a preços constantes) decresceu em 18%. Após um período de rápido crescimento entre 1986 e 1988 (24% para o período), seguiu-se um de rápido decréscimo entre 1989 e 1992 (-42% para o período) (DNE 1992:27-8 e 49; MIE-UNIDO 1993:15-9).

- Será que a liberalização da economia, em especial da taxa de câmbio, beneficia a agricultura como um todo ou apenas as exportações? De facto, desde que insumos importados sejam utilizados, os custos de produção dos produtos agrícolas tendem a aumentar. Somente as produções para exportação podem recuperar esse incremento nos custos, se os preços internacionais dessas produções não se deteriorarem. O incremento dos custos dos factores importados tem dois efeitos imediatos: diminui a sua acessibilidade e reduz os ganhos líquidos hipotéticos de uma política de preços ao produtor mais liberal.

- Além disso, a deterioração do rendimento real *per capita* nas zonas urbanas e rurais, bem como o aumento da desigualdade na sua distribuição (a que as medidas de liberalização não são alheias), aumenta a dependência de parte considerável da população em relação a donativos em bens alimentares, dado o seu fraco poder de compra (a procura efectiva é substancialmente menor que as necessidades reais). A comunidade internacional envia donativos em espécie, em vez de auxiliar a produção e comercialização dos produtos em Moçambique. Como resultado, os preços dos produtos produzidos pelo campesinato tendem a diminuir relativamente aos bens de consumo e factores de produção que adquirem.

- O controle da rede e dos circuitos comerciais pelo capital comercial, num ambiente de fraca competição, certamente influencia os termos de troca: sem alternativas de acesso aos mercados, os camponeses são literalmente forçados a comprar de, e vender a, certos comerciantes e transportadores, os quais têm poder suficiente para determinar a relação entre os preços dos produtos comprados e vendidos aos camponeses. O desenvolvimento de uma rede comercial competitiva tem enfrentado vários problemas: os doadores têm sido

relutantes em financiar o capital mercantil privado para aquisição de camiões e a construção de armazéns; o capital mercantil privado tem evitado as regiões do país com maiores problemas de segurança, com menos excedentes ou com excedentes de menor valor comercial; o Estado tem-se retirado da actividade retalhista e grossista, muitas vezes sem um substituto válido e mais eficiente; a crise económica e social no campo tem dificultado a organização de cooperativas de consumo activas. Assim, a cobertura da rede comercial atingiu o seu pico na primeira metade da década de 80, com: 3.600 lojas privadas (em 1981); 1.008 cooperativas de consumo (em 1985); 235 postos fixos (1982) e 100 brigadas móveis (1985) da AGRICOM. A cobertura mais baixa da rede comercial foi atingida em 1988 e 1989, com: 1.459 lojas privadas (1988); 273 cooperativas de consumo (1989); 69 postos fixos e 57 brigadas móveis da AGRICOM, em 1988. O comércio doméstico cresceu mais lentamente que o PIB. Portanto, o comércio tem sido monopolizado gradualmente, com tendência para uma localização mais concentrada, e as políticas de liberalização reforçaram esse padrão, em vez de introduzir novos elementos de competição no mercado (Gibbon *et al.* 1993:48-9; tabela 16). Assim, a monopolização do comércio pode explicar de forma significativa a deterioração dos termos de troca para o campesinato.

É possível tirar algumas conclusões sobre os termos de troca domésticos e o seu impacto na produção agrícola. Primeiro, a sua evolução não pode ser subvalorizada: a médio e a longo prazos, os termos de troca são uma variável determinante crucial da oferta de produtos agrícolas e do poder e padrão de acumulação do campesinato. Segundo, o papel dos termos de troca não deve ser sobrevalorizado: há muitos outros factores, como o crédito, a extensão, a oferta de bens de consumo e factores de produção, a operacionalidade e a estrutura da rede de circulação de mercadorias, etc., que podem ter um impacto tão grande como os preços relativos, na oferta de produtos agrícolas e na acumulação realizada pelo campesinato. Terceiro, quando os agentes económicos envolvidos no mercado são altamente diferenciados — e alguns detêm a capacidade de influenciar decisivamente a operação do mercado — as forças do mercado tendem a fazer os termos de troca evoluir negativamente para a grande maioria do campesinato e favoravelmente para os produtores mais prósperos, determinando assim o

padrão de acumulação. Portanto, os termos de troca podem reflectir uma política deliberada, ser consequência de outras políticas, e/ou o resultado da diferenciação dos produtores e consumidores, ao mesmo tempo que podem ser um indicador aproximado do padrão e direcção da acumulação económica.

Assim, os termos de troca são um aspecto crucial, mas não o único, a considerar (nem necessariamente sempre o mais importante). As medidas para os alterar podem variar consideravelmente, dependendo do tipo de problema que afecte os termos de troca.

Os termos de troca também têm um aspecto internacional. O poder de compra das exportações é estimado pela comparação entre um índice de preços do mercado mundial para os produtos exportados e um índice de preços internacionais para bens manufacturados; indica como é que o poder de compra das exportações tem evoluído, se é ou não vantajoso produzir o que é exportado, e se vale a pena assentar a estratégia de desenvolvimento económico na produção e exportação desses produtos.

Entre 1986 e 1989, o poder de compra das principais exportações de Moçambique deteriorou-se. Apesar da recuperação da produção e das exportações de caju e da relativa estabilização no que se refere ao camarão, as receitas em moeda externa foram muito aquém do estimado. Por exemplo, as receitas totais da exportação do camarão em 1989 eram inferiores às de 1986 em 31%, apesar de a produção ser inferior em apenas 10%. Do mesmo modo, as receitas totais da exportação do caju em 1989 eram superiores às de 1981 em apenas 12%, apesar de a produção ser superior em 81%. Em termos agregados, os termos de troca dos quatro principais produtos de exportação (65% das exportações nacionais em 1992) deterioraram-se em 21%, e os volumes de exportação continuaram a ser significativamente inferiores aos de 1980 (Tabela 8).

Tabela 8. Termos de troca internacionais e volumes de exportação das principais exportações (1986 = 100)

Principais exportações	1980	1986	1987	1988	1989
Castanha de caju					
Termos de troca	109	100	92	79	62
Exportação	505	100	193	217	181
Camarão					
Termos de troca	85	100	81	82	77
Exportação	91	100	89	90	90
Algodão					
Termos de troca	217	100	141	113	137
Exportação	725	100	462	540	592
Açúcar					
Termos de troca	526	100	100	142	179
Exportação	328	100	53	59	66
Termos de troca globais	93	100	98	88	79

Fonte: Gibbon *et al.* (1993: Tabela 15.)

Nota: Os termos de troca globais das exportações de Moçambique foram calculados com base nos termos de troca para cada produto ponderado pelo seu peso nas exportações.

A deterioração dos termos de troca internacionais para as exportações agrícolas de Moçambique pode ter diferentes explicações:

- o excesso da oferta internacional desses produtos relativamente à procura internacional efectiva, resultante do aumento da produção de excedentes agrícolas;
- uma queda na procura internacional desses produtos resultante do efeito de substituição provocado pela baixa elasticidade da procura internacional desses bens relativamente ao preço e ao rendimento, e pelo progresso tecnológico;
- o protecçãoismo dos países industrializados contra as importações de produtos primários agrícolas, feita por via da política agrária

comum na Europa, do protecçãoismo aos produtores agrícolas norte-americanos e japoneses; e

- o encarecimento relativo dos bens manufacturados importados, provocado, por exemplo, pela oscilação dos preços do petróleo e produtos relacionados, ou por as economias industrializadas terem maior organização e poder de negociação como exportadoras e importadoras.

Independentemente da(s) causa(s) imediata(s), há alguns aspectos que merecem atenção. Os termos de troca, em geral, têm vindo a deteriorar-se. Esta deterioração é mais acentuada para os produtos mais importantes para as exportações de Moçambique (em 1989, o caju e o camarão representavam 57% das exportações, enquanto o algodão e o açúcar representavam pouco mais de 10% das exportações). Portanto, uma estratégia de ajustamento, reabilitação e desenvolvimento económico assente na exportação destes produtos agrícolas não é sustentável.

Alocação de Recursos de Investimento

A proporção do orçamento de investimento do governo alocado à agricultura diminuiu no decurso do PRE, passando de uma média anual de 24% entre 1975-86, para 10% em 1989. No entanto, o Banco Mundial argumenta que tem havido uma mudança significativa da alocação sectorial do investimento a favor da agricultura (Gibbon *et al.* 1993:40-50), o que apenas pode ser aceite se se tomar em conta o peso da ajuda externa na economia nacional e a proporção dessa ajuda que vem sob a forma vinculada (*tied*) directamente para projectos de investimento.

As culturas para exportação têm recebido três vezes mais recursos do que as alimentares; alguns, poucos, grandes projectos têm recebido mais de metade dos recursos disponibilizados pelo orçamento de investimento na agricultura; Maputo e Beira receberam cerca de 50% do investimento realizado na agricultura para o período 1990-92. Os recentes cortes no orçamento tornam impossível manter os actuais níveis de investimento, pelo que não se prevê qualquer aumento nos recursos disponibilizados para o investimento na melhoria dos serviços rurais (Gibbon *et al.* 1993:49-50). Todos os indícios apontam para uma nova concentração do

investimento agrícola, desta feita tendo o sector privado nacional e estrangeiro como o centro de acumulação. Se isto se confirmar, o campesinato continuará a ser o sector mais negligenciado, tal como o foi quando o centro de acumulação era o Estado.

A área coberta pelas empresas estatais diminuiu de 140 mil hectares em 1982, para 67 mil ha em 1990, e 30 mil em 1991. O número de empresas estatais foi reduzido a metade. Os principais beneficiários desta realocação da terra têm sido empresas estrangeiras ou mistas, agricultores abastados nacionais, altos oficiais do governo e oficiais desmobilizados das Forças Armadas. O sector familiar tem ganho muito pouco com a realocação da terra, havendo muitos casos em que pequenos e médios capitalistas agrários se têm envolvido na expropriação de terras ao campesinato e às cooperativas agrícolas (Gibbon et al 1993:50-1).

Finalmente, dois importantes factores têm sido sistematicamente negligenciados no programa de reabilitação rural e de liberalização: o desenvolvimento de serviços de extensão rural e a concessão de facilidades de crédito para o campesinato. Isto tem afectado seriamente as possibilidades para o desenvolvimento do sector familiar e dos pequenos privados (Gibbon et al 1993:50-1), o que, aliás, é perfeitamente consistente com a tendência geral de alocação de recursos na agricultura, referida anteriormente.

As estatísticas disponíveis não indicam o que tem estado a acontecer com a *produção total agregada* do campesinato, pois apenas a produção comercializada de algumas culturas importantes é registada com certa precisão. No entanto, tomando em linha de conta a evolução da produção agrícola global (Tabela 6), a evolução dos termos de troca domésticos para o campesinato (Tabela 7), a fraca cobertura da rede comercial e a tendência para a sua monopolização, assim como a ausência de uma rede de serviços de extensão e de facilidades de crédito, e a concentração na alocação dos recursos, é de prever que os volumes de produção global do campesinato tenham diminuído significativamente.

Conclusões

Pela análise da estrutura agrária de Moçambique, pode concluir-se que o sucesso de qualquer estratégia de desenvolvimento rural, orientada para o desenvolvimento da economia como um todo, dependerá da forma

como a transformação do padrão de acumulação for encarada. Uma estratégia assente no uso e reprodução de força de trabalho barata actuará a favor da acumulação, a curto prazo, por parte de quem use essa força de trabalho, e contra o progresso tecnológico, a acumulação por parte do campesinato e a modernização da economia como um todo. A *questão agrária* em Moçambique parece residir no seguinte: que reforma agrária levar a cabo para que: (a) se estimule a modernização da economia, em vez da reprodução de padrões subdesenvolvidos de acumulação de capital; e (b) o campesinato seja participante e beneficiário de um processo amplo de transformação, acumulação e desenvolvimento, em vez de simples instrumento de acumulação de capital por parte de outros sectores da economia e agentes económicos.

Esta questão não foi encarada pelas estratégias do III e IV Congressos, e não está sendo enfrentada pelo programa de liberalização. Tais estratégias tenderam a concentrar os recursos no sector empresarial, o que foi absolutamente consistente com os centros de acumulação definidos: o Estado, no III Congresso, e o sector privado nacional e estrangeiro, no PRE/PRES. De facto, nenhuma delas alterou a ordem económica essencial herdada do período anterior, tendo apenas mudado o centro de acumulação, a orientação dos recursos e a forma de os alocar.

Dado que o programa de ajustamento estrutural continua em vigor e que qualquer estratégia futura terá que tomar em consideração os impactos estruturais desse programa, é importante que se tirem algumas conclusões sobre o impacto do PRE/PRES na agricultura.

Apesar dos problemas de ordem estatística inicialmente referidos, é possível denotar algumas tendências ou, no mínimo, alguns problemas que devem constituir preocupação relativamente ao desenvolvimento agrário. Primeiro, a produção comercializada tem ficado muito aquém dos níveis projectados, especialmente no que se refere às culturas alimentares. Segundo, dada a deterioração dos termos de troca internacionais, o incremento do volume das principais exportações agrícolas tradicionais não se tem reflectido num crescimento proporcional das receitas em moeda externa. Terceiro, o programa de ajustamento estrutural não tem introduzido novos elementos de competição, mas, pelo contrário, tem reforçado o padrão monopsonista do comércio e o gigantismo na alocação dos principais fundos de investimento. Quarto, o

programa de ajustamento tem, igualmente, contribuído para enfraquecer ainda mais as ligações internas entre a agricultura e a indústria.

Neste contexto, fica evidente que será necessária uma estratégia muito mais clara e exacta do Estado para incentivar e transformar a produção familiar e a sua relação com o resto da economia, o que, nas condições actuais, não pode ser feito pelo mecanismo do preço. Aliás, a liberalização do mercado tem reforçado a tendência de deterioração dos termos de troca enfrentados pelo campesinato e de redução do salário seu real. Neste sentido, o mecanismo de preços tem-se revelado ineficiente pois não tem estimulado mudanças estruturais que conduzam a maior eficiência na produção. A estratégia de desenvolvimento do sector agrário passa, necessariamente, pela organização dos serviços de extensão, concessão de facilidades de crédito, resolução do problema da terra e organização do fornecimento de factores de produção, de tal modo que o campesinato possa adquirir-los e usá-los em seu benefício. Igualmente, para entrar no mercado com maior poder de negociação e introduzir elementos de competição, o campesinato terá de organizar associações de comércio e serviços que criem alternativas para a rede comercial monopolizada. Entretanto, o Estado terá que ter um papel mais activo e claro na comercialização e transporte.

Finalmente, a estratégia terá que contribuir para o reforço das ligações internas dentro da economia nacional. Ela não pode negligenciar a indústria, mas terá que levantar a questão da sua transformação numa indústria útil para o desenvolvimento da economia. O progresso tecnológico no campo e o aumento da produtividade do trabalho e do rendimento das plantas e animais pressupõe o desenvolvimento da indústria nacional. Por um lado, a indústria poderá fornecer insumos, máquinas e equipamentos e bens de consumo necessários para o desenvolvimento rural. Por outro, a indústria poderá transformar os produtos agrícolas, adicionando-lhes valor. Finalmente, uma maior eficiência na actividade agrícola libertará força de trabalho, a qual terá que ser absorvida pela indústria nascente.

Notas

¹ Por "taxa (ou preço) de guerra" denomina-se a prática corrente de comerciantes e transportadores que compram excedentes ao campesinato a preços abaixo do mínimo oficial, e vendem bens industriais a preços acima do máximo oficial. A soma do diferencial dos preços constitui o valor da "taxa de guerra". Esta prática desenvolveu-se num contexto em que os camponeses não tinham alternativa para compra e venda de produtos, por não terem acesso aos mercados e pela concentração e centralização da actividade e património comerciais, e em que o risco induzido pela guerra era muito elevado. Dado que o ambiente económico rural foi profundamente marcado pela guerra durante mais de uma década, a aplicação desta taxa ao campesinato ficou associada com aos efeitos da guerra. Todavia, mesmo muito antes da guerra já o campesinato era vítima de tais *taxas*: no período colonial esta prática era generalizada, mesmo em zonas que não eram directamente afectadas pela guerra de libertação nacional. Mackintosh (1986) identificou a prática dessas *taxas* na Alta Zambézia e em Chókwé, antes destas zonas terem ficado directamente afectadas pela guerra de agressão.

² Esta secção é baseada nos seguintes artigos: O'Laughlin (1981 e 1992); Wuyts (1980a, 1980b, 1981a, 1981c e 1989).

³ Em Wuyts (1980b, 1981a e 1989) encontram-se as melhores referências para o estudo da estrutura da produção e comercialização agrária em Moçambique. No que respeita à diferenciação regional, neste artigo apenas se resumem as principais formas sociais de produção por região, o que não quer dizer que essas fossem as únicas em operação. Por exemplo, em todo o país foram criadas plantações. No entanto, enquanto no Centro elas produziam 57% da produção agrícola regional comercializada, no Sul e no Norte eram responsáveis por não mais de 5%.

⁴ Para uma análise histórica, detalhada e mais profunda sobre a diferenciação regional da produção agrária em Moçambique, vide O'Laughlin (1981) e Wuyts (1981a, 1981c e 1989). Wuyts (1989:27, tabela 1.2) sumariza excelentemente essa estrutura regional diferenciada.

⁵ Para uma análise mais profunda e detalhada da ligação entre o campesinato do sul de Moçambique e o capital mineiro sul-africano, vide: CEA (1979a, 1979b) e First (1983).

⁶ O'Laughlin (1981) apresenta a análise mais clara sobre o papel do Estado colonial na organização do mercado de trabalho e sobre a diferenciação do campesinato. Wuyts (1981a:9) apresenta dados sobre o grau de diferenciação do campesinato.

⁷ O'Laughlin (1981) tem uma excelente análise sobre o desenvolvimento deste processo.

⁸ As referências mais importantes para a análise deste período são: CEA (1978, 1979a, 1979b); O'Laughlin (1981); Wuyts (1980a, 1981a, 1981c, 1984 e 1989).

⁹ Por simplificação, assumiu-se a produção agrícola total em 1974 igual a 100. De acordo com a estrutura da produção agrícola apresentada, 55 será a produção de autoconsumo, e 45 será a produção agrícola comercializada. Dado que a produção agrícola de auto-consumo aumentou, no período, em 12%, esta passou a ser igual a:

$$Q_{ao} = 55 * (1 + 0.12) = 61.6$$

Por sua vez, a produção agrícola comercializada diminuiu em 43%, tendo passado a ser igual a:

$$Q_{com} = 45 * (1 - 0.43) = 25.65$$

A produção agrícola total será igual à soma dos dois:

$$Q_t = 61.6 + 25.65 = 87.25$$

Portanto, em 1977 a produção agrícola total era 87% da de 1974; isto é, o produto agrícola total havia decrescido 13%.

¹⁰ O'Laughlin (1981) oferece uma excelente introdução a este debate para o caso da questão agrária em Moçambique, bem como as suas implicações para a estratégia de desenvolvimento a seguir. Esta secção do presente artigo é baseada naquele texto.

¹¹ A concepção dualista aplica-se à análise de todo um sistema económico e de partes desse sistema. O dualismo está na origem dos debates acessos sobre os benefícios relativos da pequena e da grande indústria, da industrialização ou manutenção da base agrária da economia, da transformação ou reforma da sociedade, do sector formal *versus* informal, da intensidade de capital ou de trabalho, etc. Está ainda na origem dos modelos de desenvolvimento baseados na "oferta ilimitada de força de trabalho" e dos debates sobre a alocação de recursos entre o sector tradicional (que cria mais emprego) e o moderno (que gera maior potencial de desenvolvimento). Tomando em conta os objectivos específicos deste artigo, o debate é circunscrito ao que é importante para a estratégia de desenvolvimento agrário em Moçambique.

¹² O conceito bi-modal procura enfatizar o facto de que dois distintos modos de produção coexistiam na economia: um moderno e capitalista, ou empresarial; e o outro tradicional e pré-capitalista (não orientado para o mercado), o familiar. Na essência, este conceito corresponde ao vulgar dualismo.

¹³ Esta secção é baseada em Wuyts (1989) e Mackintosh (1986).

¹⁴ O conceito *terras com qualidade* abarca os seguintes factores: fertilidade dos solos (necessariamente relativa às produções a realizar); aprovisionamento em infra-estruturas; proximidade de vias de acesso; proximidade de importantes mercados fornecedores de factores de produção e consumidores de produtos agrícolas; e disponibilidade imediata sem custos adicionais (por exemplo, sem ter que *desflorestar*).

¹⁵ Para uma análise detalhada dos problemas da mecanização e do seu impacto na estrutura do emprego, veja Wuyts (1981b e 1981c).

¹⁶ Para uma análise mais detalhada dos problemas do movimento cooperativo, veja O'Laughlin (1981:24-32) e Castel-Branco (1983).

¹⁷ O índice de produção agrícola é um indicador da evolução da produção agrícola ao longo de um determinado período. No caso presente, foi usado o índice de Laspeyres, em que a evolução da produção agrícola, a preços constantes, é estimada em relação a um ano de base. O índice é construído do seguinte modo:

- Estima-se o valor da produção agrícola no ano de base, multiplicando-se a quantidade produzida pelo preço unitário do produto nesse ano (no caso em análise, o ano de base é 1980):

$$VQ_{80} = Q_{80} \cdot P_{80} \quad (1)$$

- Estima-se o valor da produção agrícola do ano a comparar com o ano de base (no caso em análise, é o ano de 1983), multiplicando-se a quantidade produzida em 1983 pelo preço do produto em 1980:

$$VQ_{83} = Q_{83} \cdot P_{80} \quad (2)$$

- Divide-se o produto da equação 2 pelo resultado da equação 1, e multiplica-se o quociente assim obtido por 100:

$$IQ_{83/80} = \frac{Q_{83} \cdot P_{80}}{Q_{80} \cdot P_{80}} \cdot 100 \quad (3)$$

Pela forma da equação 3, é óbvio que o valor do índice no ano de base terá que ser igual a 100. Se a produção em 1983 for maior que a de 1980, o índice em 1983 será superior a 100; se for menor, o índice será inferior a 100. Para se estimar a taxa de crescimento da produção entre 1980 e 1983, subtrai-se ao valor de produção do ano 1983 (como estimado pela equação 2) o valor da produção em 1980 (como estimado pela equação 1), divide-se a diferença pelo valor da produção no ano de base (1980), e multiplica-se o quociente por 100:

$$\Delta Q_{83/80} = \frac{(Q_{83} \cdot P_{80}) - (Q_{80} \cdot P_{80})}{(Q_{80} \cdot P_{80})} \cdot 100 \quad (4)$$

¹⁸ Desde a transformação da Frelimo em Partido marxista-leninista, aos membros do Partido era autorizado a posse de meios de produção desde que fossem eles próprios a utilizá-los. Aos membros do Partido não era permitido o recrutamento de trabalhadores assalariados. Assim, a Frelimo era definida como o Partido dos operários e camponeses, e não dos proprietários. No IV Congresso, este princípio foi reafirmado. Um dos deveres dos membros do partido era viver exclusivamente do seu trabalho.

¹⁹ No modelo do Banco Mundial, os factores como guerra, calamidades naturais e herança colonial são considerados externos, no sentido em que não fazem parte da análise económica corrente. Na prática, isto significa que factores tão fundamentais como as condições políticas e a estrutura da produção e dos mercados são marginalmente tomados em conta; os únicos factores realmente importantes, para o modelo, são a estrutura dos preços relativos e o grau de liberalização da economia, sendo, por isso, desnecessário analisar as causas de distorções estruturais. Por isso, para contextos tão diferentes como o do Gana e o de Moçambique, o Banco receita as mesmas soluções.

²⁰ Os termos de troca reflectem uma relação entre dois índices de preços. Os índices de preços aqui adoptados são estimados de acordo com a mesma lógica do índice de produção, explicado anteriormente; a diferença reside no facto de que, no índice de preços, as quantidades são fixas (as do ano de base), e os preços são correntes, pois se pretende estimar como é que os preços têm evoluído. Por exemplo, para se estimar os termos de troca enfrentados pelo campesinato em 1987, comparativamente ao ano de base (1986 = 100), estimam-se os índices de preços para os produtos agrícolas comercializados pelos camponeses (IPPA) e dos produtos industriais adquiridos pelos camponeses (IPPI) no ano de 1987, relativamente ao ano de 1986. Construídos o IPPA e o IPPI, divide-se o primeiro pelo segundo (pois interessam-nos os termos de troca dos produtos agrícolas) e multiplica-se o quociente por 100. Se o IPPA subir mais depressa do que o IPPI, os preços dos produtos agrícolas estará a subir mais depressa do que os restantes, pelo que os camponeses estarão a ser estimulados. Neste caso, os termos de troca enfrentados pelos camponeses deverão ser ilustrados por um índice maior do que 100. Se, pelo contrário, o IPPA subir mais lentamente do que o IPPI, os preços dos produtos dos camponeses estarão a subir mais lentamente do que os restantes, pelo que os camponeses poderão vir a transferir o seu trabalho para outros sectores (por exemplo, migrar para a cidade à busca de trabalho assalariado nas empresas industriais). Neste caso, os termos de troca enfrentados pelos camponeses deverão ser ilustrados por um índice menor do que 100. No caso em análise, os termos de troca domésticos estão calculados comparando índices de preços de produtos agrícolas comercializados pelo campesinato, com índices de preços de produtos industriais adquiridos pelo campesinato. Dada a crise da produção industrial em Moçambique, acima de 70% dos produtos industriais (incluindo factores de produção e bens de consumo) adquiridos pelo campesinato são importados.

Referências

- Banco Mundial. 1990. *Mozambique Restoring Rural Production and Trade*, vol. 1. Washington, D.C.
- . 1991. *Mozambique: Policy Framework Paper 1991 to 1993*. Washington, D.C.
- Castel-Branco, C.N. 1983. Trabalho assalariado e pequena produção mercantil na estratégia de socialização do campo. Dissertação, Centro de Estudos Africanos, Univ. Eduardo Mondlane, Maputo.
- CEA (Centro de Estudos Africanos). 1978. Relatório sobre o desemprego em Maputo. Centro de Estudos Africanos, Univ. Eduardo Mondlane, Maputo.
- . 1979a. O desemprego e a sua ligação com o campo. Relatório, Centro de Estudos Africanos, Univ. Eduardo Mondlane, Maputo.
- . 1979b. Os mineiros moçambicanos na África do Sul. Relatório, Centro de Estudos Africanos, Univ. Eduardo Mondlane, Maputo.
- DNE (Direcção Nacional de Estatística). 1991. *Anuário Estatístico*. Maputo: DNE.
- . 1992. *Anuário Estatístico*. Maputo: DNE.
- Gibbon, P. et al. 1993. *A Blighted Harvest: The World Bank and African Agriculture in the 1980s*. Londres: James Currey.
- First, R. 1983. *Black Gold*. Londres: Harvester Press.
- Mackintosh, M. 1983. Comércio e acumulação: A comercialização do milho na Alta Zambézia. *Estudos Moçambicanos* (4).
- . 1986. Economic policy context and adjustment options in Mozambique. *Development and Change* 17.
- MIE e UNIDO (Moçambique, Ministério da Indústria e Energia, e UNIDO). 1993. *Orientações para o Desenvolvimento da Indústria em Moçambique*. Relatório do Projecto DP/MOZ/86/014, Maputo.
- O'Laughlin, B. 1981. A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos* (3).
- . 1992. A base social da guerra em Moçambique. *Estudos Moçambicanos* (10).
- Wuyts, M. 1980a. A statistical note on post-independence economic development in Mozambique. Relatório, Centro de Estudos Africanos, Univ. Eduardo Mondlane, Maputo.
- . 1980b. Economia política do colonialismo. *Estudos Moçambicanos* (1).

- . 1981a. Camponeses e economia rural em Moçambique. Relatório nº 8, Centro de Estudos Africanos, Univ. Eduardo Mondlane. Reeditado como livro em 1987, Instituto Nacional de Livro e do Disco, Maputo.
- . 1981b. The question of mechanization in present day Mozambican agriculture. *Development and Change* 12(1).
- . 1981c. Sul do Save: Estabilização e transformação da força de trabalho. *Estudos Moçambicanos* (3).
- . 1984. A statistical note on trends of economic development in Mozambique. Institute of Social Studies (The Hague), Discussion Paper.
- . 1989. *Money and Planning for Socialist Transition, The Mozambican Experience*. Aldershot: Gower.